

O DISCURSO DE CORTE NA ALDEIA DE RODRIGUES LOBO — O DIÁLOGO I

O. Interesse-me neste estudo por alguns aspectos, que tenho por centrais, do discurso de **Corte na Aldeia** de Rodrigues Lobo. Tomarei como objecto de análise apenas o **Diálogo I** — e, neste, exclusivamente a parte dialogada e mais exactamente as trocas registadas a partir do momento em que estão presentes todos os participantes habituais na conversação — Leonardo, Solino, Píndaro, D. Júlio e o Doutor Lívio. Cuidarei de seguir a par e passo o desenrolar do diálogo ¹.

0.1. O segmento discursivo a estudar é preenchido pelo seguinte conjunto de intervenções: quatro de Píndaro (P), cinco de Leonardo (L), sete de Solino (S), nove de D. Júlio (DJ) e dez do Doutor Lívio (D).

Represento de seguida esquematicamente o desenrolar das trocas dialógicas; essa representação contém a anotação dos *momentos estruturais* que se reconhecem na *organização global* de uma conversação — *Abertura*,

¹ Tenha-se presente que esta obra de Rodrigues Lobo conheceu a sua primeira edição em 1619 (Lisboa, Pedro Craesbeck). Sirvo-me neste estudo da cuidada e oportuna edição preparada por J. Adriano de Carvalho: LOBO, Francisco Rodrigues — *Corte na Aldeia. Introdução, Notas e Fixação do texto* por J. Adriano de Carvalho, Lisboa, Editorial Presença, 1991, de que largamente aproveitei também os substanciais elementos contidos na excelente «Introdução» (pp. 7-42) e ainda nas abundantes *Notas* que acompanham o texto. Ver também CASTRO, A. Pinto de — *Retórica e Teorização Literária. Do Humanismo ao Neoclassicismo*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, Faculdade de Letras, 1973 (especialmente, pp. 73-77); ALMEIDA, Isabel — «*Em matéria de livros*»: *o Diálogo I de Corte na Aldeia*, «Românica», 1/2 (1992/93) Lisboa, Fac. de Letras, 1993; e, mais especificamente para a problemática do Diálogo como género literário e questões conexas, OSÓRIO, J. Alves — *O diálogo no Humanismo Português*, in «O Humanismo Português. 1500-1600», Lisboa, Academia das Ciências, 1988; *Énoncé et dialogue dans les «Colloques» d'Erasmus*, in «Actes du Colloque International Erasmus», Genève, 1990; e *Diálogo e citação nos Colóquios de Erasmo*, «Humanitas», n.º 41-42, Coimbra, 1990.

Desenvolvimento, Fecho — e nela aparecem numeradas as intervenções de cada participante, indicando as letras maiúsculas o esquema dialogal:

| | | | | | |
|------------|---|---------------------------------------|------------|------------|---|
| Leonardo 1 | A | } <i>Abertura</i> | | | |
| D. Júlio 1 | B | | | Doutor 6 | D |
| Solino 1 | C | | | Píndaro 2 | E |
| Doutor 1 | D | | | D. Júlio 4 | B |
| Leonardo 2 | A | } <i>Desenvolvimento</i> ² | Píndaro 3 | E | |
| Píndaro 1 | E | | Doutor 7 | D | |
| Leonardo 3 | A | | D. Júlio 5 | B | |
| Doutor 2 | D | | Doutor 8 | D | |
| Leonardo 4 | A | | D. Júlio 6 | B | |
| D. Júlio 2 | B | | Leonardo 5 | A | |
| Solino 2 | C | | D. Júlio 7 | B | |
| Doutor 3 | D | | Doutor 9 | D | |
| D. Júlio 3 | B | | Solino 6 | C | |
| Solino 3 | C | | Píndaro 4 | E | |
| Doutor 4 | D | | Solino 7 | C | |
| Solino 4 | C | | D. Júlio 8 | B | |
| Doutor 5 | D | | Doutor 10 | D | |
| Solino 5 | C | | D. Júlio 9 | B | |

} *Fecho*

Retomarei ao longo da exposição cada um dos momentos estruturais referenciados: considerarei sucessivamente a *Abertura* (em 1.), o *Desenvolvimento* (em 2.), e o *Fecho* (em 3.). O *Desenvolvimento*, dada a sua centralidade, a sua extensão e a sua complexidade, ocupará naturalmente o espaço mais alargado na análise a propor.

0.2. Antes de passar às tarefas anunciadas, convirá apontar alguns traços gerais do discurso que nos ocupa.

0.2.1. A interação que tem lugar no discurso em análise aparece-nos como *não pré-estruturada* — sendo, então, que não estão pré-fixados nem os temas, nem *os tempos de elocução/a vez*, nem os papéis conversa-

² Como a representação indica, a intervenção de Leonardo (L-2) dá ocasião ao início do *Desenvolvimento*. Observo, porém, que, como se verá na exposição que segue, essa mesma intervenção, na sua primeira parte, se vincula ainda ao momento estrutural da *Abertura*. Aproveito para anotar que algo de similar se passa no que respeita à delimitação de *macro-unidades* no interior do *Desenvolvimento*, e ainda à delimitação do *Fecho* da conversação; em qualquer destes casos, uma intervenção ao mesmo tempo que contém o início de um dado macro-segmento vincula-se ainda ao segmento anterior.

cionais, nem as tarefas de cada participante, nem também a duração (no que tange quer ao todo da conversação quer a cada uma das intervenções). Tais dimensões são, assim, construídas ao longo da interacção, não raro mesmo nela negociadas, surgindo globalmente a conversação como produto de uma participada co-gestão. Estamos, na verdade, e mais exactamente, perante um discurso ao mesmo tempo *poligerado e poligerido* — resultando de um continuado envolvimento interactivo entre as figuras/personagens que Rodrigues Lobo põe em cena e que, como instância autoral, necessariamente também coordena.

Trata-se, por outro lado, de uma *conversação simétrica*, sem diferenciação de *lugares* interactivos — pese embora a alguma matização, de ordem etária e também sociocultural, das figuras/personagens.

Na conversação assim construída, a tomada da palavra é feita, por norma, por *auto-selecção*. Ocorrem, porém, situações em que um ou outro dos intervenientes desempenha um papel mais activo na dinâmica das trocas, assumindo de algum modo a função de condutor do diálogo — tanto no que respeita ao desencadear ou ao rematar de ciclos, como no que tange à *distribuição ocasional da vez/palavra*, à transição de temas, à criação de *constrangimentos interactivos* particulares, à planificação da interacção e do discurso, ao recorte de momentos de tensão ou de distensão ou ainda ao alcance dos conteúdos tratados.

Ainda no domínio do *sistema de alternância do uso da palavra/revezar*, ocorrem duas situações particulares, que referenciarei de imediato: uma, em que um dos interactantes (Doutor Lívio, p. 57) explicita *ter evitado uma reclamação da vez* (Ver 1.2.); e uma segunda, em que outro dos interactantes (Píndaro, p. 65) indicia uma *reclamação de retoma* ou de (ou mesclada de) *sustentação/manutenção/não cedência do tempo de elocução* (Ver 2.3.2.). Estas situações indiciam desde logo a presença em tais momentos da conversação de um forte envolvimento interactivo dos participantes.

Ter-se-á presente que os elementos, que acabei de referenciar, do *sistema de alternância do revezar* têm um claro estatuto *metacomunicativo*³: eles realizam/estão envolvidos na realização de *actos de composição da*

³ Estas dimensões *metacomunicativas* — e também as dimensões *metadiscursivas* que referenciarei no número seguinte — obtêm uma larga saliência no discurso em análise; serão oportunamente retomadas ao longo da exposição. Sobre o assunto, ver FONSECA, J. — *Linguística e Texto/Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*, «As articulações discurso-metadiscorso e a sua exploração na didáctica do Português», Lisboa, ICALP, 1992, e ainda FONSECA, J. — *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*, «Heterogeneidade na língua e no discurso», «Coleção Linguística — n.º 5», Porto, Porto

interacção, que se revelam como procedimentos de condução da conversação, inscrevendo no discurso dimensões específicas, que indicam a presença nesse mesmo discurso do processo, interactivo, da sua própria produção.

0.2.2. Não há no **Diálogo I** indicações de ordem *cinésica* nem de ordem *proxémica*.

Por outro lado, a coordenação por parte do Autor da entrada em cena de cada uma das personagens revela-se extremamente económica. Na verdade, ela manifesta-se em breves enunciados incisivos que acompanham a introdução da fala de cada um dos intervenientes — enunciados em que são actualizados *verbos de comunicação* que só muito raras vezes denotam aspectos interactivos particulares: *acudir* (presente na introdução da intervenção de Píndaro-2, p. 64, e na do Doutor Lívio-8, p. 68); *arguir* (Leonardo-2, p. 57); *replacar* (D. Júlio-6, p. 67). Os outros *verbos de comunicação* utilizados nas circunstâncias referidas são, sem dúvida, menos marcados: *tornar* (cinco vezes); *responder* (cinco vezes — mas nunca no sentido estrito de ‘responder’ a uma ‘pergunta’, directa ou indirectamente formulada) — sendo claramente neutro o verbo mais utilizado: *dizer* (dezassete vezes). Há ainda a registar o emprego, em circunstância específica (ver 2.2.8.), do *verbo de comunicação prosseguir* (Cf. «[...] e logo prosseguiu o Doutor:» — p. 63).

São também escassos no **Diálogo I** os *sinais de retroacção* formulados explicitamente ou de modo directo. Em sentido estrito, eles só ocorrem duas vezes — e em situações diferenciadas. Na primeira, é um dos intervenientes (Solino — Cf. Solino-6, p. 70) quem emite um desses sinais — numa intervenção em que reage à fala imediatamente anterior do Doutor Lívio (Doutor-8, p. 68-69): «Folguei estranhamente de vos ouvir [...]». Na segunda, é Rodrigues Lobo que se intromete⁴ no andamento do

Editora, 1994. Às referências bibliográficas indicadas nestes dois trabalhos, junto agora esta outra, mais recente: FRANCESCHINI, R. — *La metacomunicazione: forme e funzioni nel discorso*, Basileia, «ARBA 6, Acta Romanica Basiliensia», 1994.

⁴ Já ficaram acima devidamente registados outros momentos de ‘intromissão’ do Autor no discurso em estudo — os que respeitam à coordenação da entrada em cena de cada interveniente. A estes convirá juntar os que tangem às considerações com que Rodrigues Lobo remata o *Diálogo I* (ver, mais abaixo — quase no termo da exposição — 3.). Escusado será observar que, para além destes momentos de presença explícita do Autor, se verifica no **Diálogo I** a omnipresença (implícita) de Rodrigues Lobo, enquanto instância autoral responsável por um discurso ficcional. Não será, assim, de estranhar que, em diferentes momentos da exposição, me refira a aspectos que testemunham a boa gestão da conversação — e da arquitectura de todo o **Diálogo I** — por parte de Rodrigues Lobo.

diálogo para explicitamente referenciar uma manifestação de retroacção — atribuída a todos os participantes no colóquio: «Muito festejaram todos o conto [...]» (p. 63; ver, aqui, 2.2.8.). Em qualquer dos casos, estes sinais apresentam uma evidente orientação positiva, constituindo uma clara manifestação de apreço pelo discurso produzido e respectivo enunciador⁵.

0.2.2.1. Há, entretanto, que reconhecer que os *sinais de retroacção* estão mais largamente representados no discurso em análise, embora aí se inscrevam de modo implícito ou indirecto: genericamente, esta sua presença manifesta-se no carácter relevante dos encadeamentos entre as intervenções — o que testemunha o/a adequado/a processamento/recepção de cada uma delas; especificamente, essa mesma presença revela-se no que chamarei de *carácter duplamente referencial* de cada intervenção.

Cumpra salientar que este *carácter duplamente referencial* de cada intervenção é um *traço constitutivo* de todo o discurso dialogado — traço que testemunha a orientação mútua que se dá entre os interlocutores e que é condição indispensável na construção especificamente partilhada e co-gerida de um tal género de discurso. Trata-se, como já se compreendeu, do facto de que cada interveniente ancora, apoia, a participação que produz no segmento discursivo anterior, a que reage, fazendo dos *objectos de discurso* que actualiza — *referenciais e ilocutórios*, ou, mais alargadamente (para que fiquem abarcados os diversos tipos de *acções discursivas accionais* — o ponto de intersecção do já comunicado (que resulta, deste modo, tomado como adequadamente recebido/processado) com o que comunica.

Esta dimensão específica do discurso construído em diálogo surge particularmente marcada no texto em análise, verificando-se, na verdade, que cada intervenção contém a par da introdução dos seus próprios objectos de discurso — com o que se dá a necessária *progressão semântica e pragmática* — o desenho de uma visão retrospectiva, aplicada à fala que a precede. Esta visão retrospectiva — que, sublinhe-se, desempenha o duplo papel decisivo de *reactivar, presentificar, a memória do já enunciado e de explicitamente o incorporar no andamento discursivo* — é conseguida por diversos meios. Entre esses meios, destacam-se, por um lado, a actualização de variadas modalidades de *retoma* de, ou de referência explícita a, momentos/aspectos/dimensões de uma intervenção anterior (na

⁵ Trata-se seguramente de uma manifestação de *cortesia*, a que mais adiante me referirei.

maioria das vezes, da intervenção imediatamente anterior), e, por outro, a projecção de *actos, de natureza metadiscursiva*⁶, *de composição discursiva*, designadamente *de reformulação não parafrástica, por condensação/sumarização e por recapitulação*. Igual papel desempenham também os diversos tipos de *pares adjacentes* (por força da *implicatividade sequencial* que o primeiro membro do par comporta/activa e a que o segundo membro se reporta, concretizando-a por inteiro) e ainda o matizado jogo de acordos e desacordos, de concessões, contra-argumentações e refutações que tem lugar na sequência das intervenções e em que estão sempre envolvidas conexões com segmentos contíguos do discurso já produzido.

Importa observar que os aspectos referenciados se interconectam com — ou, mais exactamente, se apoiam em — o desenho de *eixos temáticos e accionais* consistentes na sequência das representações discursivas actualizadas. Estes eixos dão-se acesso relevante uns aos outros no desenrolar do discurso, e, perspectivados do ângulo da sequência das intervenções em que se recortam, objectivam de modo imediato o mencionado *carácter duplamente referencial* de cada uma delas.

Como se compreende, as dimensões que acabei de registar — a que, necessariamente, se devem juntar as indicações explícitas por parte do Autor (já acima referenciadas) nos momentos de entrada em cena de cada um dos intervenientes no diálogo — asseguram ao todo da construção semântica e pragmática que no discurso se vaza a *coerência/coesão* imprescindível⁷. A este propósito, convirá ter presente que — como, de resto, as formulações anteriores o indicam — há que considerar as conexões entre os diversos segmentos do discurso tanto nas dimensões semânticas como

⁶ Ver Nota 3. Registo que estas dimensões metacomunicativas e metadiscursivas se alargam consideravelmente com o elevado número de actos ilocutórios — cujo semantismo comporta um reconhecido carácter *sui-referencial* — que no discurso são actualizados.

⁷ Sobre as noções de *coerência e coesão* do texto (e de outras unidades linguísticas, pois, ao contrário do que correntemente se apregoa, elas não são exclusivas do texto, embora nele, por razões específicas, obtenham particular saliência), ver FONSECA, J. — *Linguística e Texto/Diálogo. Teoria, Descrição, Aplicação*, «Coerência e coesão nas unidades linguísticas» Lisboa, ICALP, 1992, e FONSECA, J. — *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*, «Coerência do Texto», «Colecção Linguística - n.º 1», Porto, Porto Editora, 1993. Especificamente sobre a *coerência do texto dialogado*, pode ler-se no primeiro daqueles trabalhos (p. 56): “[...] os textos desenvolvidos em *diálogo* configuram [...] um quadro *sui generis*, pois que a *coerência* neles se salvaguarda também na adequada articulação entre os fragmentos de discurso que correspondem a cada intervenção de cada um dos interlocutores. Esta articulação envolve restrições específicas [...] a que devem obedecer as sucessivas «tomadas de palavra» por parte de cada um dos dialogantes. [...] Trata-se aqui,

nas dimensões relativas ao domínio accional — esfera que mais especificamente releva da *coerência pragmático-funcional do discurso*⁸.

Neste amplo domínio da consistência interna do discurso, desempenha também um papel relevante a presença (de resto, em número elevado) de *organizadores e planificadores discursivos*. Estes elementos — em que se inscrevem *marcadores de universos de discurso*, através dos quais se recortam na estrutura semântica e enunciativa do discurso espaços semântico-referenciais e accionais específicos — têm também um carácter *metadiscursivo*⁹: igualmente projectam *actos de composição discursiva*, assegurando uma função dupla — ao mesmo tempo retrospectiva, remetendo para a intervenção anterior, e prospectiva, ordenando a intervenção em curso ou a que se segue. Representam, pois, — tal como acontece com os elementos *metacomunicativos* já referenciados no número anterior, com os quais não raro se conjugam — um momento particular em que o discurso flecte sobre si mesmo e revela o seu próprio processo de construção ou produção. No seu todo, eles revelam-se como *dispositivos de textualização/discursivização ou de sequencialização discursiva*. Como se verá, não raro estes *actos de organização e planificação* (tanto do discurso como da interacção), em articulação com os já apontados fenómenos de *retoma*, indicam explicitamente o *tratamento/processamento* que é dado a uma intervenção anterior, fixando-lhe mesmo o sentido e a orientação discursiva ou sujeitando-a ao que chamarei de *desdobramento analítico* — com o que fica facilitado o trabalho interpretativo e garantido o apropriado andamento do discurso.

verdadeiramente, de uma *coerência inter-textual* que se distribui como, esquematicamente, segue:

- a) *coerência* no seio de um fragmento discursivo, que corresponde a cada intervenção de um dialogante;
- b) *coerência* entre os vários fragmentos discursivos que correspondem a todas as intervenções de um mesmo dialogante;
- c) *coerência* entre as sucessivas «tomadas de palavra»⁹.

O carácter duplamente referencial de cada intervenção que vinha considerando tem, como se nota, a ver com a realização de coerência ao nível aqui indicado em c). Escusado será dizer que é também devidamente assegurada a consistência interna do discurso no que respeita a cada um dos outros níveis referenciados ((a) e (b)).

⁸ Sobre a *coerência pragmático-funcional do discurso*, ver FONSECA, J. — *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*, «Dimensão accional da linguagem e construção do discurso», «Coleção Linguística — n.º 5», Porto, Porto Editora, 1994. Ver também aí referências bibliográficas relevantes.

⁹ Ver Nota 3.

0.2.2.2. Ainda no que respeita aos *sinais de retroacção*, quero anotar que se inscrevem de modo específico no quadro alargado desenhado no número anterior os casos que se objectivam em comentários, de natureza variada, feitos numa dada intervenção sobre aspectos ou dimensões, igualmente variados/as, de uma fala anterior. Tais comentários podem, com efeito, ser tomados como *sinais de retroacção*, pois que atestam o processamento/a recepção apropriado/a da fala (ou de segmentos/aspectos/dimensões da fala) a que se reportam e a que, desse modo, ficam explicitamente conectados. Cabem nesta área enunciados que abrem algumas intervenções, como os que a seguir registo sumariamente (alguns deles serão oportunamente retomados):

- «Ah! senhor D. Júlio [...] tão grande trovoada de cumprimentos secos não podia deixar de lançar pedra.» (Solino-1, p. 57);
- «Já eu me quisera meter em meio [...] porque, se vos ateardes em cortesias, não haverá quem as pague [...]» (Doutor-1, p. 57);
- «Agora [...] levastes três de um tiro.» (Leonardo-2, p. 57);
- «Não merecia eu, senhor Leonardo, a vós, nem ao Doutor [...] que tomásseis meus defeitos por matéria de vossa galantaria.» (Pindaro-1, p. 59);
- «Mas que certeza tão grande [...] que cada um aprova o que segue, sendo assim que ninguém se contenta do que tem.» (Leonardo-4, p. 60);
- «Bravamente é apaixonado o senhor D. Júlio [...] pelas cousas da nossa pátria [...]» (Doutor-8, p. 68).

0.2.3. Um outro traço saliente do discurso do **Diálogo I** é o que respeita à generalizada presença de *conteúdos relacionais/rituais* — índice imediato de que aqui, como de resto em toda a obra, se dá lugar a uma «conversação de amigos bem acostumados» (p. 52).

Tais elementos de cariz relacional/ritual concentram-se, como é habitual, nos momentos estruturais de *Abertura* e *Fecho* da conversação, mas estão também disseminados por todo o discurso, e denotam um cuidado *trabalho de figuração* desenvolvido pelos interlocutores.

Específico que se trata largamente de manifestações de *cortesia positiva*, direccionada à *acomodação intersubjectiva* e, mais ainda, à *valorização das faces dos interlocutores*, à *manifestação de apreço e de expectativas positivas*, à *ratificação de imagens recíprocas e de papéis ou*

estututos conversacionais, à expressão de modéstia, de comunhão (não raro hiperbolizada) de interesses e de perspectivas e ainda de um generalizado envolvimento cooperativo — aspectos que favorecem ou mesmo optimizam o bom relacionamento interactivo.

Estão também presentes dimensões de *cortesia negativa*, objectivada na *evitação* — ou também num *trabalho de compensação* — de ameaças às faces dos interlocutores. Tal é particularmente visível em *actos ilocutórios directivos* (ou cujo semantismo contém traços de 'directividade'), que surgem sempre como *directivos não impositivos* (sintomaticamente concretizados com a atenuação cortês viabilizada pela sua realização *de modo indirecto*), nomeadamente *actos de pergunta/pedido de informação, proposta/sugestão, convocação/convite ao uso da palavra, incitamento* — *actos* que, de resto, ainda são não raras vezes especificamente acompanhados de elementos de *cortesia positiva*¹⁰.

As imagens — (quase) regularmente positivas¹¹ — a que acima me refiro são construídas ao longo da interacção, mas são também apresentadas, embora de modo sumário, nos seus traços mais marcantes pelo Autor (p. 55) e também em parte dadas como configuradas já em encontros que precederam aqueles em que tem lugar a conversação que preenche a obra.

Interessa observar que o generalizado tom de cortesia¹² em que decorre a conversação não obsta a que se verifique, como veremos, o estabelecimento de confrontos e a manifestação oportuna de firmeza e frontalidade no ataque a ou na defesa de posições, e mesmo a actualiza-

¹⁰ Sobre as dimensões de cortesia no discurso, ver as propostas fundadoras contidas em BROWN, P.; LEVINSON, S. C. — *Universals in Language Use. Politeness Phenomena*, in GOODY, E. N. (ed.) — *Questions and Politeness. Strategies in Social Interaction*, Cambridge, 1978. Ver também dos mesmos Autores, *Politeness. Some Universals in Language Use*, Cambridge, 1987. Para uma visão global dos modelos de cortesia, ver KERBRAT-ORECCHIONI, C. — *La politesse dans les interactions verbales*, in KERBRAT-ORECCHIONI, C. — *Les interactions verbales*, tome II, Paris, 1992. Ver também a enunciação dos grandes tópicos deste domínio em FONSECA, J. — *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*, Porto «Coleção Linguística — n.º 5», Porto, Porto Editora, 1994, p. 32, onde são fornecidas outras referências bibliográficas relevantes. Para o português, ver, em particular, CARREIRA, M. H. Araújo — *Modalisation linguistique en situation d'interlocution: proxémique verbale et modalités en portugais* (Thèse de Doctorat d'État en Linguistique), Paris, Université de Paris-IV-Sorbonne, 1995 (especialmente, pp. 193-288).

¹¹ Ver, entretanto, o parágrafo seguinte.

¹² Convirá registar também algumas *formas de tratamento* particularmente cortêses por integrarem o elemento *senhor*: «senhor D. Júlio» (intervenções de Solino-1, p. 57, Doutor Lívio-3, p. 60, e 8, p. 68); «senhor Leonardo» (Pindaro-1, p. 59); «senhor Doutor» (Solino-4, p. 62).

ção de *actos ilocutórios* (claramente *ameaçadores da face*¹³) de *crítica/censura* (embora quase sempre indirecta), de *recusa de proposta/sugestão*, de *desacordo*, de *refutação* e *contra-argumentação*, e ainda de momentos, ocasionais, de *desqualificação* e de *desajustamento de imagens* (embora prontamente superados) — no que se objectiva muita vivacidade e até tensão interactiva.

0.2.4. Na generalidade das intervenções, com relevo para as que preenchem o *Desenvolvimento* da conversação, são apresentados *pontos de vista* ou *opiniões* sobre um dado tópico — o que confere ao discurso uma marcada orientação argumentativa, concretizada na actualização de variados *actos de argumentação*. Com eles, busca-se o *exercício da influência*, através da afirmação, devidamente fundamentada, daqueles pontos de vista/opiniões — os/as quais ocasionam reacções de acolhimento ou de não acolhimento (segundo modalidades diversas), igualmente fundamentadas. Tal imprime ao diálogo, nos seus momentos nucleares, uma especificidade e uma dinâmica próprias, que o configuram como *debate* ou *discussão*.

Compreende-se também por isso que encontremos no discurso em análise abundantes segmentos em que se actualiza um *complexo sequencial* de *asserção*-(precedida ou seguida de)*justificação* e muito frequentemente de *asserção-justificação-exemplificação ilustrativa* (esta última, co-orientada argumentativamente com a justificação, com a qual se inscreve, portanto, numa mesma *classe argumentativa*).

Buscam-se, assim, efeitos persuasivos — o que também é procurado através da actualização de *perguntas retóricas* como dispositivo de particular ênfase argumentativa e ainda de *contraposições/contrastos* entre objectos de discurso (referentes e atitudes avaliativas que vão sendo introduzidos no universo de discurso).

Observo ainda, por um lado, que a exemplificação ilustrativa aduzida traduz também o objectivo de evidenciar uma larga erudição (tida, no quadro epocal, como timbre do verdadeiro cortesão), e, por outro lado, que os elementos justificativos (em que a exemplificação se inclui, como anotei) são suscitados pela *condição, de natureza sequencial e interactiva, de argumentatividade* tipicamente ligada aos actos assertivos. Para além disso, a sua presença regular indicia também que as asserções, em apoio de que vêm, cumprem aqui o designio, não estritamente de informar ou dar a

¹³ Ver a noção de *Face Threatening Acts (FTA)* introduzida por BROWN; LEVINSON — *obs. cit.*, hoje correntemente utilizada.

conhecer um dado estado de coisas (suposto, tipicamente, como desconhecido do alocutário), antes de *persuadir/argumentar*, ou seja, como acima já aponte, de *afirmar um ponto de vista ou opinião*, que ou reage a outro/a já avançado/a (segundo as modalidades de acordo ou desacordo) ou desencadeia a ocorrência de outro/a (e, de novo, em acordo ou desacordo com o/a primeiro/a)¹⁴.

0.2.5. Quero sublinhar que os traços que deixei referenciados de modo sumário nos números anteriores são verdadeiramente dominados por uma dimensão central, que sendo embora *constitutiva e mesmo fundadora* de toda a produção verbal se revela no discurso em estudo com particular saliência: refiro-me à *heterogeneidade enunciativa* que o marca — heterogeneidade a tomar ao mesmo tempo como *conjugação de vozes* e como *conjunção ou junção de vozes*¹⁵.

Para tal remetem algumas das observações já formuladas nos números anteriores, em particular a que referencia o discurso em análise como *poligerado e poligerido*, e a que assinala a recorrência obstinada de fenómenos, variados, de *retoma* do já comunicado.

Estes últimos inscrevem imediatamente no discurso momentos de *polifonia*¹⁶ — que, entretanto, se prolonga e matiza pela convocação de outras vozes/outros discursos/discursos de Outros. Em particular, os segmentos em que se trava um debate/discussão de temas nucleares (adiante devidamente identificados) são habitados por vozes diversas — nomeadamente as vozes que se contêm na *memória do sistema artístico-literário* e as que respeitam às *dimensões históricas, sociais, culturais e mesmo lin-*

¹⁴ Há, com efeito, que distinguir nos *actos ilocutórios representativos* (em que cabem as asserções), de um lado, os que estão orientados para uma função discursiva predominantemente, ou até estritamente, informativa, e, do outro lado, os que têm uma orientação marcadamente persuasivo-argumentativa. Os primeiros convocam tipicamente como reacção do alocutário uma mera participação cognitiva manifestada em *acusação de recepção* — embora tendencialmente seguida de um comentário avaliativo, que não raro vale, por si só, como tal acusação de recepção; os segundos convocam mais estritamente uma reacção em que o alocutário manifesta um acordo ou um desacordo. São particularmente os assertivos deste segundo tipo que suscitam a *condição de argumentatividade* a que linhas acima me refiro.

¹⁵ Para uma análise desenvolvida da referida *heterogeneidade enunciativa* — e da *concepção do discurso que ela, de modo básico, configura* —, ver FONSECA, J. — *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*, «Heterogeneidade na língua e no discurso», «Coleção Linguística — n.º 5», Porto, Porto Editora, 1994, especialmente p. 79-94.

¹⁶ Sobre as dimensões de *polifonia* e as modalidades básicas da sua inscrição no discurso, ver FONSECA, J. — *ob. cit.* e as referências bibliográficas aí apontadas.

guísticas do quadro epocal da obra. Essas vozes, são, com larga frequência, explicitamente introduzidas; mas há também que ter em conta uma não menor frequência de vozes activadas de modo implícito, que irrompem no discurso a cada momento: elas constituem forte *elemento de sentido*, inscrevendo no discurso testemunhos de normas, valores e outras representações epocais que sobredeterminam o todo da significação¹⁷.

1. As trocas que perfazem a *Abertura* da conversação têm um conteúdo marcadamente *relacional* — constituindo isso mesmo o traço delimitador e identificador deste primeiro segmento estrutural da interacção. Preenchem-no, na verdade, intervenções (L-1, DJ-1, S-1, D-1, L-2) que carregam «cortesias»/«cumprimentos» vários a par de uma continuada *rati-ficação de imagens recíprocas* — índices imediatos de que se trata, como já referenciei, de uma conversação entre «amigos bem acostumados».

1.1. Compreende-se que a conversação arranque com a intervenção, por *auto-selecção*¹⁸, de Leonardo (L-1, p. 57), senhor da casa, que recebe os seus convidados. Na sua intervenção iniciativa, Leonardo, acompanhado já de Píndaro e de Solino, dirige-se explicitamente aos recém-chegados Doutor e D. Júlio, e focaliza, por um lado, as atenções de Solino ('o sinal de amor' dado por Solino) para com eles ao indagar, na sua ausência, em momento anterior, da «causa da [sua] tardança», e, por outro lado, e correlativamente, a 'dívida' destes para com Solino: «Muito deveis ambos a Solino, porque [...] vos achou menos e perguntou a causa da tardança. Sinal é este de amor [...]». (p. 57).

Está, assim, dado o *bom tom* ao convívio — e, ao fazê-lo, Leonardo revela-se animado do mesmo espírito de elegância/cortesia, pois que não apenas indicia a sua avaliação positiva do gesto de Solino para com o Doutor e D. Júlio — gesto que fica, assim, por si *validado* e de algum modo também assumido — como ainda desse modo obtém uma *integração* feliz dos mesmos recém-chegados no grupo.

Esta *integração dos recém-chegados no grupo* — dimensão também de cortesia/delicadeza — prolonga-se por um outro aspecto: é que a inter-

¹⁷ Sobre estas dimensões de *intertextualidade* ver os trabalhos citados na Nota 1. Nada direi aqui sobre estas dimensões — embora elas estejam, necessariamente, presentes no processo interpretativo de que a exposição dá conta.

¹⁸ Como já observei (em 0.2.1.), esta é a modalidade mais corrente, na conversação que nos ocupa, do acesso ao uso da palavra. Ao longo da exposição apenas referenciarei os casos em que os *tempos de elocução* são ocupados por via diferente desta.

venção de Leonardo suscita fortemente as de D. Júlio e do Doutor. Tal é feito não apenas porque Leonardo a eles se dirige expressamente, mas também por força dos conteúdos vazados na intervenção. Em relação ao primeiro ponto, anotarei que, embora não se trate de uma *atribuição* explícita de *vez/tempo de elocução*, se verifica uma *indução* forte ao uso da palavra — que há que tomar também como *dispositivo, metacomunicativo, do revezar*. Em relação ao segundo aspecto, salientarei que por obra dos conteúdos vazados ficam pré-determinados o sentido e a orientação do discurso a haver por parte dos interpelados: estes vêem-se envolvidos como ‘devedores’ para com Solino, ficando desse modo constringidos ao correlativo ‘pagamento’.

1.2. Dos dois interpelados, é D. Júlio que toma a palavra (DJ-1, p. 57) — usando do direito e cumprindo ao mesmo tempo a obrigação interactiva que decorrem da convocação contida na fala de Leonardo. A sua intervenção é também preenchida por conteúdos de ordem ritual, onde sobressai a expressão de uma *reciprocidade de apreço* para com Solino (que D. Júlio, de passagem, faz também do outro interpelado por Leonardo, o Doutor Lívio) — com o que resulta saldada, por parte do mesmo D. Júlio, a ‘dívida’ acima apontada.

Só depois de Solino (S-1, p. 57) responder aos «cumprimentos» que, de passagem, lhe dirigiu D. Júlio é que tem lugar a intervenção do Doutor (D-1, p. 57) como reacção a Leonardo. As suas primeiras palavras denotam que soube elegantemente esperar a sua vez (entretanto, como se viu, ocorrem as intervenções de D. Júlio e de Solino), *evitando* uma explícita *reclamação de vez/tempo de elocução* («Já me eu quisera meter em meio») — o que revela claramente por parte do Autor, Rodrigues Lobo, uma boa gestão da apresentação do desenrolar da conversação — e, globalmente, a sua fala põe fim à troca de «cortesias» entre os participantes, neste início do diálogo.

1.3. Remata este ciclo conversacional uma nova intervenção de Leonardo (L-2, p. 57), que o tinha aberto, como se recorda. A referência, momentos antes, por parte do Doutor, ao modo de elocução (qualificado de ‘corrente arrebatada’, p. 57) de Píndaro serve de elemento activador de transição no andamento da conversação para um primeiro grande tema de reflexão/disputa — com o que se desenha a entrada no segundo momento estrutural da interacção, o *Desenvolvimento*.

Ao introduzir esta transição, Leonardo assume aqui algum protagonismo — papel já antes assumido ao abrir, como referi, a conversação.

2. No *Desenvolvimento* tem lugar uma longa e matizada reflexão apresentada sob a forma de debate/discussão, em que se empenham todos os participantes no **Diálogo I**.

Desenham-se aqui com suficiente nitidez seis *macro-unidades*, de extensão diferente. Na delimitação das cinco primeiras, utilizo basicamente um critério de ordem temática — embora outros ingredientes se juntem como índices de cada um desses macro-segmentos discursivos. Quanto à última, a sua delimitação assenta mais estritamente num critério discursivo — se bem que de mistura com um outro que releva do alcance dos conteúdos nela vazados na economia tanto do **Diálogo I** como de toda a obra. A exposição dará conta destes critérios.

2.1. A primeira *macro-unidade* abarca as intervenções de Leonardo (L-2), Píndaro (P-1), Leonardo (L-3), Doutor Lívio (D-2) e Leonardo (L-4).

2.1.1. As trocas giram em torno dos livros de cavalaria. Esta temática, que vai ser abordada, com oportunas matizações e inflexões, ao longo de grande parte do *Desenvolvimento*, é aqui introduzida por Leonardo (L-2, p. 57) a pretexto da referência, já acima indicada, feita antes por Lívio (D-1, p. 57) à ‘corrente arrebatada’ do modo de elocução de Píndaro.

Tal modo discursivo é agora mais especificamente apresentado como integrando «palavras sonoras, razões concertadas, trocados galantes e períodos que levam todo o fôlego» (p. 58-59) — aspectos que levam Leonardo a considerar: «cada vez que o [Píndaro] ouço, me parece um livro de cavalarias».

Fica deste modo também recortada uma primeira visão, tendencialmente positiva, dos livros de cavalaria. Tal avaliação deriva do *elogio*, feito nos termos que acabei de especificar, à qualidade das ‘capacidades elocucionais’ de Píndaro — já antes, de resto, apresentado como Poeta pelo Autor (p. 55) — e ainda da *sugestão* que Leonardo lhe dirige para se abalançar a compor um livro do género.

Observo que esta sugestão é aqui projectada também em ordem à obtenção de efeitos interactivos, como fica patente na formulação que Leonardo lhe dá: «E já estive em o [Píndaro] persuadir que se metesse em ãa empresa semelhante, porém receio que se me ensoberbeça com a altivez de seu estilo e despreze os amigos.» (p. 59). Por outro lado, aquela mesma sugestão representará também uma tentativa desenvolvida por Leonardo de esboçar uma ‘aproximação’ entre criação romanesca e criação

poética — aproximação que, curiosamente, o poeta Píndaro implicitamente irá recusar.

Haverá que tomar este *acto expressivo de elogio* (prolongado, como anotei, pela *sugestão* avançada) também como matéria de índole *relacional*, dirigida à *face positiva* de Píndaro, que se justifica pelo facto de que é a primeira vez que este é directamente visado e suscitado ao uso da palavra.

2.1.2. É sobre esta dimensão relacional ou conteúdo ritual da intervenção de Leonardo que encadeia a reacção de Píndaro (P-1, p. 59).

2.1.2.1. Na verdade, Píndaro reconhece o elogio feito por Leonardo, que cataloga de «galanteria», e, no mesmo tom de elegância/cortesia, prossegue com uma manifestação de *modéstia* (dimensão também de cariz ritual, embora ao serviço de estratégias diferenciadas, largamente atestada nas conversações na reacção a elogios)¹⁹ que se matiza de uma «cortesia» (em que se contém igualmente uma *ratificação de imagens*) endereçada ao Doutor, ao próprio Leonardo e a Solino (tenha-se presente que é a primeira vez que Píndaro usa da palavra...): «Não sou tão filósofo como o Doutor, tão cortesão como vós, nem tão engraçado como Solino, nem tenho maiores penas que a gaiola.» (p. 59).

2.1.2.2. Reage finalmente à sugestão apresentada por Leonardo — e fá-lo de modo negativo, ou seja, actualizando uma *sequência não preferida*, a *recusa*, o não acolhimento da sugestão: «se abrisse as asas para compor livros, não houveram de ser de patranhas». Anoto que, com isso, Píndaro recusa também, implicitamente, a ‘aproximação’ tentada por Leonardo (ver acima) entre criação romanesca e poesia.

Devo observar que a actualização de uma *sequência não preferida* representa regularmente um momento de tensão dialógica, dando ocasião a uma *desqualificação* do interlocutor — que, neste caso, se vê reforçada pela circunstância de ao entusiasmo de Leonardo pelos livros de cavalaria Píndaro reagir com uma avaliação tão negativa como a que se contém no qualificativo «de patranhas» que lhes aplica. Dada aquela desqualificação, a produção de uma *sequência não preferida* é habitualmente acompanhada de alguns cuidados, que visam salvaguardar a *face positiva* dos interactantes envolvidos. Vejo, apesar de tudo, na intervenção de Píndaro esses

¹⁹ Ver KERBRAT-ORECCHIONI, C. — *L'échange complimenteur*, in KERBRAT-ORECCHIONI, C. — *Les interactions verbales*, Tome III, Paris, 1994.

cuidados — precisamente nos elementos de natureza relacional/ritual que ficaram referenciados no número anterior. Eles estarão, assim, também ao serviço da *mitigação/abrandamento* — ou da antecipada *compensação* — da desqualificação que envolve a recusa que vai ser enunciada.

Píndaro remata as suas palavras com alguma firmeza, mostrando-se algo agastado — afectado na sua *face positiva* — com Leonardo («cuidai mais de meus pensamentos», diz-lhe Píndaro), por este admitir a possibilidade de ele vir a meter-se na empresa de compor livros de cavalaria, que gravosamente qualifica, como vimos, de livros «de patranhas».

Fica, pois, registada uma avaliação marcadamente negativa por parte de Píndaro dos livros de cavalaria — em contraste, já apontado, com a avaliação positiva recortada por Leonardo. E fica também desenhado um certo *desajustamento de imagens*, que, conjuntamente com os aspectos focados antes, traz ao diálogo alguma tensão.

2.1.2.3. Os *princípios conversacionais de cortesia/delicadeza*²⁰ referenciam nestas situações a ocorrência de um *movimento de reparação*. E é o que se apressa a fazer Leonardo (L-3, p. 59: «Nunca o tive de vos ofender») — verificando-se, assim, que o acesso de Leonardo à palavra surge aqui imediatamente por força de um declarado *constrangimento interactivo*.

Este *movimento de reparação* (que traz ao discurso mais um conteúdo relacional/ritual) configurado nas primeiras palavras de Leonardo dá imediatamente lugar à *contestação* do menosprezo de Píndaro pelos livros de cavalaria — contestação que se apoia em dois grandes argumentos, com os quais fica também traçado um alargado elogio daquelas composições. Assinala, com efeito, Leonardo a «boa linguagem» dos livros de cavalaria, de mistura com a excelência da invenção romanesca que eles testemunham — «a graça de tecer e historiar as aventuras, o decore de tratar as pessoas, a agudeza e galanteria das tenções, o pintar as armas, o betar as cores, o encaminhar e desencontrar os sucessos, o encarecer a pureza de uns amores, a pena de uns ciúmes, a firmeza em ãa ausência, e outras coisas que recreiam o ânimo e afeiçoam e apuram o entendimento.» (p. 59).

Este louvor prolonga-se pela referenciação das capacidades e competências requeridas aos autores dos livros de cavalaria — com o que Leonardo também visa enaltecer o estatuto de poeta como homem culto, objectivo que o quadro epocal permite compreender.

²⁰ Ver as indicações bibliográficas especificadas acima, na Nota 10.

Anotarei que a contestação da opinião de Píndaro é feita de um modo muito firme, que tende mesmo à censura: «[...] nem podeis fazer tão pouca conta dos livros de cavalarias e dos famosos autores que os escreveram e que mostraram neles a sua boa linguagem com toda a perfeição [...]»; «Se vós tendes por desprezo compor livros de cavalarias, eu vos desengano que pertencem mais cousas ao bom autor deles que a um dos letrados, filósofos ou juristas com que deseiais de vos parecer [...]». (p. 59).

Por esta via, também Leonardo fundamenta a bondade da sugestão que antes havia feito a Píndaro para compor livros de cavalaria, e, conseqüentemente, esclarece que a ofensa que nisso viu o Poeta mais não poderia ser que elogio: defende, pois, aqui também Leonardo a sua *face positiva* — salvaguardando do mesmo modo a de Píndaro — num momento que envolve claramente um *trabalho de acomodação intersubjectiva*, que resulta, finalmentê, na reposição da boa imagem de ambos.

2.1.2.4. Interessa, entretanto, referir que a reacção de Leonardo é omissa num ponto central: não dá resposta ao único — de resto, de grande alcance — argumento de que explicitamente se serviu Píndaro em suporte da sua avaliação negativa dos livros de cavalaria, a saber, a sua rotulação (gravosa, como acima anotei) de livros «de patranhas».

Rodrigues Lobo revela desse modo uma boa gestão do diálogo que constrói, pois estrategicamente reserva a discussão desse tópico para um momento posterior, onde ocupará um lugar de relevo²¹.

2.1.3. Ao contrário do que seria de esperar, não é Píndaro quem riposta a Leonardo, antes o Doutor Lívio (D-2, p. 59) — e fã-lo de uma forma particularmente frontal e incisiva, trazendo ao diálogo uma assinalável dinâmica interactiva.

O enunciado com que abre a sua intervenção — «Tenho por mal empregado [...] tanto cabedal em cousa de tão pouco interesse [...]» — alberga ao mesmo tempo um *acordo* e um *desacordo* com o ponto de vista defendido por Leonardo.

Este *complexo ilocutório de acordo e desacordo* está configurado num duplo *movimento argumentativo*. Por um lado, o acordo, que é meramente implícito (pois está presente através da *pressuposição existencial* activada em «tanto cabedal» — expressão anafórica que *condensa*, com avaliação positiva, as competências dos autores de livros de cavalaria enumeradas antes por Leonardo), conflui com um *movimento de concessão*:

²¹ Ver, aqui, 2.2.4. e números seguintes.

Lívio *reconhece/admite* o valor das competências referenciadas. Por outro lado, o desacordo (que envolve uma avaliação negativa, manifestada em «tenho por mal empregado [...] em cousa de tão pouco interesse») conflui, por sua vez, com um *movimento*, complementar daquele primeiro, de *contra-argumentação*.

Este movimento de contra-argumentação traz ao discurso dois poderosos efeitos argumentativos, que são indissociáveis: com ele, Lívio neutraliza a orientação discursiva de elogio dos livros de cavalaria recortada, como vimos, na intervenção de Leonardo, e ao mesmo tempo impõe/faz prevalecer uma avaliação negativa desses mesmos livros, que são apodados de ‘inúteis’ — atributo particularmente focado com a força assertiva própria da pergunta retórica (que expande a mesma avaliação negativa já contida no segmento atrás citado «cousa de tão pouco interesse»): «De que servem livros de cavalarias fingidas? E se há ociosos que os leiam, porque há-de haver algum que os escreva, ou que espera algum fruto de trabalho tão vão?» (p. 59). De notar que a segunda destas perguntas retóricas prolonga aquela avaliação negativa ao classificar de «ociosos» — no que também se contém uma censura - tanto os que lêem como os que escrevem livros de cavalaria.

Importará reter que Leonardo se encontra, de momento, isolado²² face a Píndaro e ao Doutor Lívio, que convergem, embora em bases diferentes, numa *desqualificação* inequívoca dos livros de cavalaria.

2.1.4. A intervenção com que Leonardo (L-4, p. 60) reage ao Doutor denota a percepção desse seu isolamento e ainda da firmeza com que Lívio apresentou a sua opinião.

2.1.4.1. É com igual firmeza (veja-se a expressão «me atrevo a contradizer [...]») e a utilização de pergunta retórica, que especifico mais abaixo) que Leonardo replica — *criticando/censurando* não apenas a força assertiva/a convicção do Doutor («Mas que certeza tão grande [...]») como também, e sobretudo (envolvendo agora não apenas Lívio mas também o interveniente anterior a este, Píndaro), a visão restrita que ambos, segundo Leonardo, indiciam nas suas predilecções «em matéria de livros», predilecções que Leonardo vê ditadas por um critério extremamente redutor: «Desejáveis agora que todos os livros e todos os homens tratassem somente da vossa profissão e fossem juristas e filósofos?» (p. 60)²³.

²² Ver, entretanto, 2.2.5.

²³ Ver, entretanto, 2.1.4.2.

Reparar-se-á em que a atribuição a Píndaro e ao Doutor (que haviam, como ficou visto, criticado os livros de cavalaria) desta visão redutora representa uma astuciosa estratégia discursiva/argumentativa de Leonardo, pois que em nenhum momento aqueles indiciam sequer as predilecções que lhes são atribuídas.

Tal estratégia viabiliza-lhe não apenas diminuir os livros em causa («de trapaças e opiniões, e outros a que chamais conselhos» — não raro perniciosos, observa: «que o dão às vezes bem ruim a quem se fia de sua leitura» — p. 60), como também, por contraste, salientar o valor dos livros que tratam matérias fingidas no que respeita a «recreação, policia e bom estilo». Com isto — e interessa sublinhá-lo —, Leonardo explicitamente também *contesta* o labéu de ‘inutilidade’ que sobre os livros de cavalaria foi lançado antes por Lívio.

Não deixarei de anotar que já na intervenção anterior (L-3, p. 59), Leonardo havia referenciado de passagem a visão redutora de Lívio acima apontada ao referir-se com claro distancimento crítico aos «letrados, filósofos ou juristas» com que o Doutor ‘desejaria parecer-se’.

2.1.4.2. Para além dos aspectos já focados, convém destacar que este passo da fala de Leonardo estabelece em tom fortemente afirmativo a *insustentabilidade* da posição redutora acima referenciada — o que claramente se desprende da orientação discursiva marcada na pergunta retórica já transcrita, que retomo (repare-se em que Leonardo usa o mesmo dispositivo persuasivo que Lívio activou, justamente a pergunta retórica): «Desejáveis agora que todos os livros e todos os homens tratassem somente da vossa profissão e fossem juristas e filósofos?». Por outro lado, e em articulação com o aspecto atrás sublinhado, o mesmo passo prefigura/anuncia/prepara a proclamação (que será feita mais adiante por Solino — ver, aqui, 2.2.5.) de um princípio de inegável alcance — o da *legitimidade da criação romanesca de cavalaria como matéria assumidamente fingida, face a matérias ‘verdadeiras’ e outras*.

Este princípio, que aqui é sugerido, será explicitamente estabelecido no quadro do tratamento de um tema que irá ocupar, mais abaixo, um lugar de relevo: a oposição entre ‘livros de história fingida’ e ‘livros de história verdadeira’.

2.1.5. No ciclo de trocas analisado configura-se uma clara oposição na avaliação dos romances de cavalaria: de um lado, Leonardo é explícito no louvor daquelas composições; do outro, Píndaro e o Doutor Lívio

desenvolvem com aplicação uma atitude de crítica, de desqualificação desses livros.

O isolamento de Leonardo quebrar-se-á na sequência da discussão, em que, como se verificará, vêm a recortar-se dois blocos antagónicos quanto à avaliação dos livros de cavalaria: de um lado, temos Leonardo e Solino; do outro, Lívio e D. Júlio — sendo que estes convergirão ainda (agora em oposição directa a Solino) num outro ponto entretanto recortado, a saber, a avaliação positiva dos livros de história verdadeira (que, por contraste, implícita ou explicitamente afirmado, arrastará também novos momentos de desqualificação dos livros de história fingida).

Registo que na sequência da conversação assim esquematizada, Solino, Lívio e D. Júlio alcançam, a vários títulos, que serão especificados na exposição que segue, um notório protagonismo.

2.2. A segunda *macro-unidade* do *Desenvolvimento* é um longo segmento, que abarca as seguintes intervenções: D. Júlio-2, Solino-2, Doutor-3, D. Júlio-3, Solino-3, Doutor-4, Solino-4 e Doutor-5. (Ver, entretanto, 2.3.).

2.2.1. A fala inicial de D. Júlio (DJ-2, p. 60) cumpre duas funções interligadas:

- apaziguar a tensão dialógica vivida antes;
- relançar a discussão, matizando e alargando a temática anteriormente considerada, colocando tal matéria «em maneira de disputa».

Estas funções são actualizadas conjuntamente num acto — de natureza directiva não impositiva²⁴ — de *sugestão/proposta*, que obtém um claro valor, de índole metacomunicativa e metadiscursiva, de *organização/planificação da interacção e do discurso*. Esta sugestão/proposta comporta uma dimensão de *negociação* — através da solicitação, marcada por cortesia/delicadeza, da anuência de todos («e se assim parece a todos») — e a especificação da matéria a submeter a análise: «cada um diga a sua opinião nos livros que mais lhe contentam e das razões que tem para os aprovar» (p. 60).

²⁴ A dimensão de *cortesia negativa* recortada neste acto directivo não impositivo já foi apontada antes. Ver, acima, 0.2.3..

2.2.2. Solino (S-2, p. 60) acolhe prontamente a proposta/sugestão — completando-se, assim, o par adjacente *proposta/sugestão-aceitação*. Tal acolhimento é feito, não de um modo neutro, antes enfatizado através de uma *expansão por encarecimento* («digo que é esta a melhor matéria que se podia escolher para passar o tempo») — encarecimento que constitui momento de natureza relacional, pois envolve apreço e comunhão de interesses²⁵.

Esta dimensão relacional não está isolada: Solino atesta também a sua avaliação positiva — em que se concretiza mais um momento de *manifestação de apreço e de ratificação de imagens* — da disputa travada antes entre Lívio e Leonardo, exprimindo ainda uma atitude de *modéstia* («porque me houve por incapaz de fazer terço com o Doutor e Leonardo»), a que atribui o nela não ter intervindo. Finalmente, *incita* os colegas de diálogo a uma participação activa — incitamento que é acompanhado da expressão (em que se actualiza também uma dimensão relacional, que, de novo, tem a ver com a *ratificação de imagens*) de uma expectativa positiva quanto à qualidade das intervenções: «E já pode ser que algum dos que aqui estão, que deseja deixar no mundo memória do seu engenho, saiba nesta ocasião o em que o pode empregar melhor» (p. 60).

São, pois, múltiplas as dimensões de cariz *relacional/ritual* actualizadas, que configuram um prelúdio ao debate — e, com os aspectos de organização/planificação acima referenciados, constituem índices seguros da delimitação da *macro-unidade* que aqui se inicia.

2.2.3. O Doutor Lívio intervém a seguir (D-3, p. 60), reagindo ainda à sugestão/proposta inicial de D. Júlio, que igualmente aceita. Nesta intervenção, o Doutor realiza ainda um *acto de composição da interacção e do discurso*, segundo as modalidades de *organização e planificação*, com duas vertentes: por um lado, endossa a palavra a D. Júlio (*distribuição de tempo de elocução* que Lívio fundamenta, cortêsmente, no facto de ter sido este, como se viu, o autor da proposta de relançamento da discussão: «a troco do alvitre»); por outro lado, complementa aquela mesma proposta, sugerindo — em sintonia com a *negociação* aberta, como apontei em 2.2.1, por D. Júlio — uma delimitação da temática: ficarão de fora «os

²⁵ Observo que o encarecimento ou hiperbolização de um acordo ou, como neste passo se verifica, de uma aprovação/aceitação de uma proposta/sugestão constitui uma manifestação de cortesia (positiva). Não é descabida a caracterização de tal comportamento conversacional como *acto anti-ameaçador da face (anti-FTA* — ver Nota 13), como pretende C. Kerbrat-Orecchioni na sua obra citada na Nota 10. Ver também, mais abaixo, 2.6.5.1..

Livros Divinos» e «os necessários», devendo, então, ser abordados os livros «de recreação».

Junta-se, deste modo, aos aspectos de índole basicamente discursiva e interactiva acima recortados como indicadores da delimitação da *macro-unidade* em análise o que respeita à configuração de um tópico específico que alimentará as intervenções que se seguem.

Essa temática é ainda a dos livros de cavalaria. Lembro que nos momentos anteriores a análise tinha desembocado na questão da ‘inutilidade’ dessas composições — que Leonardo contestou com a invocação do ‘proveito’ para «recreação, polícia e bom estilo» que eles ocasionam; agora, a discussão trilhará novos caminhos: o relançamento do debate dá lugar a uma inflexão na análise, que vai desenrolar-se tendo como núcleo ou como grande pólo congregador a oposição ‘história fingida’-‘história verdadeira’ (esta também incluída nos livros de ‘recreação’).

2.2.4. D. Júlio (DJ-3, p. 60-61) — a quem, como anotei, Lívio havia endossado a palavra — apresenta a sua participação estritamente em consonância com a proposta estabelecida, tomando explicitamente como tópico a sua «inclinação em matéria de livros» — «inclinação» que dá como conhecida (de outros momentos de convívio): «A minha inclinação em matéria de livros [...] de todos é bem conhecida» — ou, mais exactamente, a razão dessa «inclinação»: «somente poderei dar agora de novo a razão dela» (p. 60).

Com este enunciado, que revela um claro estatuto *metadiscursivo*, D. Júlio concretiza um *acto de organização e planificação discursiva*, em que anuncia também o sentido básico da sua intervenção. À declaração do seu apreço pelos «livros de história verdadeira» segue a exposição das razões (também dadas como conhecidas) que fundamentam essa sua ‘particular afeição’. D. Júlio tem o cuidado de, no termo da sua fala, *sumariar*, em tom conclusivo e fortemente afirmativo (marcado pelo conector argumentativo «na verdade»), essas razões: «E, na verdade, nenhuma lição pode haver que mais recree e aproveite que a que sei que é verdadeira e, por natural, ao desejo dos homens deleitosa» (p. 61).

Convirá reter que D. Júlio, ao sublinhar a ‘recreação’ e o ‘proveito’ que mais que nenhuma outras composições proporcionam aos seus leitores os livros de história verdadeira, convoca em favor destes a avaliação positiva dos livros de história fingida que Leonardo havia antes (ver, acima, 2.1.4.1.) recortado na base da consideração de argumentos similares. Na verdade, Leonardo havia realçado nos livros de história fingida o

seu alto valor no que tange a «recreação, polícia e bom estilo»²⁶. Há, pois, aqui uma *réplica* a essa posição de Leonardo — réplica que *corrige/rectifica* a tese por este defendida: D. Júlio reivindica para os livros de história verdadeira um grau mais elevado de ‘proveito’ e ‘recreação’ do que aquele que Leonardo atribui aos livros de história fingida. Com isso, a vantagem procurada antes por Leonardo para os livros de história fingida fica largamente enfraquecida — se não mesmo anulada.

Importa, no entanto, registrar que o critério básico em que D. Júlio assenta a sua ‘particular afeição’ pelos livros de história verdadeira respeita à *veracidade* das matérias neles tratadas — veracidade que assume sem reservas, como, no passo transcrito, fica marcado através do semi-factivo *sei* (cf: «[...] a que sei que é verdadeira[...]).

2.2.5. A intervenção de Solino (S-3, p. 61) encadeia com a de D. Júlio segundo a modalidade do *desacordo* («Não é essa a minha opinião»).

2.2.5.1. Este desacordo começa por se revelar apenas como a afirmação de uma ‘afeição’ diversa da de D. Júlio em matéria de livros, para a qual Solino invoca uma razão de cunho pessoal, de pouco alcance para a disputa em curso: «porque contra o gosto me assombra muito cousas passadas, e andar abrindo sepulturas de gente morta».

A divergência nas predilecções de Solino em relação às de D. Júlio é, porém, imediatamente depois aprofundada na base da consideração de um critério central — justamente o critério em que D. Júlio havia apoiado a sua predilecção pelos livros de história verdadeira: a *veracidade* (assumida, como registei, sem reservas) das matérias que os preenchem. Este critério é devidamente recortado por Solino através do *focalizador e marcador de universo de discurso* «no que toca à verdade» — segmento que opera também como *organizador e planificador discursivo*, concretizando, por um lado, a articulação à intervenção anterior, e, por outro, o anúncio do objecto do discurso subsequente. E é sobre este ponto preciso que se consuma verdadeiramente o desacordo enunciado.

Tal desacordo é realizado na sua modalidade mais forte — a *refutação*, que se aplica justamente à veracidade dos livros de história verdadeira defendida por D. Júlio, livros que se vêem acusados de conterem «algũas vezes tão grandes mentiras que lhes não levam ventagem os fingimentos

²⁶ Ver, entretanto, 2.2.5.2..

de histórias imaginadas». Esta refutação infirma rotundamente a razão da predilecção de D. Júlio, sendo ainda que, por esta via, os livros de história verdadeira resultam fortemente *desqualificados*.

2.2.5.2. Infirmada, assim, a razão da predilecção de D. Júlio pelos livros de história verdadeira, Solino recorta finalmente a sua predilecção «em matéria de livros», declarando ‘estar melhor’ com os «livros de cavalaria e histórias fingidas» (no que converge, como se nota, e como já foi apontado atrás, com Leonardo). Fundamenta esta sua preferência com dois argumentos: por um lado, porque tais livros «se não são verdadeiros, não os vendem por esses»; por outro lado, porque eles «são tão bem inventados que levam após si os olhos e os desejos dos que os lêem.» (p. 61).

Interessa captar o alcance destes dois argumentos.

a. O segundo (expresso em «[...] levam após si os olhos e os desejos dos que os lêem») recupera para os livros de cavalaria o ‘recreio’ e o ‘proveito’ referenciados antes por D. Júlio (ver 2.2.4.1.) em favor dos livros de história verdadeira — numa tentativa de neutralização da vantagem procurada por D. Júlio para tais livros. Solino *retoma* aqui um ponto de vista enunciado antes por Leonardo (no que se consuma um momento de convergência entre ambas as figuras), que justamente havia sublinhado o valor dos livros de cavalaria nos domínios da «recreação, polícia e bom estilo» (ver 2.1.4.1.). Por outro lado, e como acima também ficou devidamente apontado, D. Júlio, por sua vez, havia já replicado a este argumento de Leonardo, corrigindo-o/rectificando-o ao defender que tal ‘proveito’ e ‘recreio’ estavam contidos nos livros de história verdadeira mais do que nos livros de história fingida.

Convirá reparar na recorrência deste tópico do ‘proveito’ e ‘recreação’, que é sucessivamente suscitado e objecto de disputa — o que se vincula seguramente a, e ao mesmo tempo revela, a relevância da questão da ‘utilidade’/‘inutilidade’ dos livros, que, como vimos acima (em 2.1.3.), foi introduzida explicitamente em intervenção anterior do Doutor Lívio.

b. Quanto ao primeiro daqueles argumentos, salientarei que ele tem um alcance maior: é que com ele Solino focaliza e defende (e utilizo de novo uma formulação que já acima introduzi — ver 2.1.4.2.) a *legitimidade da criação romanesca de cavalaria como matéria assumidamente fingida, face a matérias ‘verdadeiras’ e outras*. Terá interesse lembrar que este tópico mereceu uma primeira

alusão por parte de Leonardo (ver a sua intervenção L-4; ver, aqui, 2.1.4.2.) — o que constitui mais um ponto de convergência entre Solino e Leonardo, que se junta aos já atrás referenciados.

O argumento em referência exprime-se claramente no enunciado acima transcrito «se não são verdadeiros, não os vendem por esses».

Não deixarei de anotar que este enunciado comporta um duplo movimento²⁷ — de *concessão* (expresso na condicional — que, de resto, *retoma* elementos disponíveis no cotexto, constituindo, por isso, uma *condicional resumptiva*) e de *contra-argumentação* (manifestado no segmento subsequente)²⁸ — e, sobretudo, que dele se desprende uma dimensão de *elogio* ‘aos que assim procedem’(destinatários que conhecemos já — e que, de resto, o cotexto permite identificar) — dimensão que activa, por contraposição (implícita), uma outra, de *crítica/censura* ‘aos que vendem como verdadeiros livros não verdadeiros’(destinatários que também conhecemos já, e também claramente identificados no cotexto). Mas, para além de tudo isso, importa observar que nesse mesmo enunciado se veicula ainda a *recusa de uma crítica/desqualificação* aos/dos livros de cavalaria (que, como vimos, vêm sendo acusados de ‘falta de veracidade’) — recusa que assenta (por obra precisamente do segmento subsequente à condicional: «não os vendem por esses») na anotação de que, como registei já, a sua ‘não veracidade’ é plenamente assumida. É claro que decorre daqui o desenho de um contra-ataque argumentativo, que o mesmo enunciado contém: os livros de ‘história verdadeira’, esses sim, pretendem passar por aquilo que, de facto, não são..

No desenvolvimento da sua intervenção, Solino vai mais longe, defendendo ainda que a *legitimidade da criação romanesca de cavalaria como matéria assumidamente fingida* inclui a possibilidade de encarecimento aberto, enfatizado, de feitos e de figuras sem os constrangimentos de verificação factual ou testemunhal — de resto, apontada imediatamente como não insuspeita de interesses, numa nova alusão à ‘pretensa veracidade’ dos livros de ‘história verdadeira’: «e não estima um autor matar mais dous mil homens com a pena para fazer valente o seu cavaleiro com a espada, sem estar receando os ditos das testemunhas que ficaram da batalha, que por iguais respeitos pende cada ùa para seu cabo.» (p. 61).

²⁷ Ocupo-me deste tipo de enunciados em FONSECA, J. — *O funcionamento discursivo de ‘se não A, pelo menos B’* (no prelo). O enquadramento cotextual do enunciado em referência activa algumas dimensões específicas, que apontarei na sequência da exposição.

²⁸ O enunciado em referência contém, assim, um jogo dialógico, uma *polifonia*, complexo/a. Sobre esse e outros aspectos relevantes que marcam a configuração e o funcionamento discursivo de enunciados desse tipo, ver FONSECA, J. — *ob. cit.*.

Fica, deste modo, — e este ponto é importante — desenhada (veja-se também o exemplo avançado por Solino: «não matou mais gente a peste grande em Lisboa que Rodamonte nos muros de Paris») a defesa da liberdade da invenção romanesca dentro de uma ordem específica, que é distinta da ordem do factual ou do testemunhal, própria, por sua vez, dos livros de história verdadeira (embora nestes não seja, na perspectiva de algumas das personagens do diálogo, respeitada).

2.2.6. A intervenção que se segue, da responsabilidade do Doutor Lívio (D-4, p. 61-62), articula-se em dois momentos, claramente separados pelo *organizador e planificador discursivo* «e deixando isto». Qualquer destes dois momentos apresenta, como se verá, uma formulação marcada por uma forte orientação persuasiva-argumentativa.

2.2.6.1. A fala de Lívio em análise encadeia com a de Solino de um modo muito particular — por *inversão argumentativa*, expressa em «Esta é uma das razões por que os [os livros de cavalaria] reprovoo» (p. 61).

Convirá ver como se dá esta específica modalidade argumentativa e como ela se inscreve no todo da intervenção do Doutor.

a. Lívio admite *a legitimidade* (defendida antes, como vimos, por Solino) *da invenção romanesca* e mesmo *a ordem própria dos mundos através dela criados*.

Aproveito para anotar que é o Doutor Lívio que recorta plenamente essa tese de Solino, que encontra, na verdade, nas suas palavras uma formulação mais inequívoca. Isto me permite observar que é a intervenção de Lívio que desenha com clareza o sentido e a orientação que antes atribuí ao passo final da intervenção anterior de Solino. Evidencia isto que na interacção dialógica não raro, como é aqui o caso, a construção dos objectos de discurso é fixada numa intervenção reactiva através do trabalho interpretativo que esta testemunha.

A admissão daquele duplo princípio não é feita de modo explícito — mas está, sem dúvida, contida no enunciado «a fábula é ùa cousa falsa, que podia, contudo, ser verdadeira e acontecer assim como se fingiu» (p. 61).

b. Este mesmo enunciado contém, entretanto, e agora de modo explícito, a proclamação da necessidade imperiosa de respeitar limites bem definidos à liberdade de criação romanesca — limites que Lívio identifica com os que impõe a salvaguarda de verosimilhança dos mundos recortados.

c. À proclamação deste novo princípio, cuja relevância não carece de ser sublinhada, junta o Doutor Lívio a anotação crítica de que estes limites não são, como conviria, respeitadas nos livros de cavalaria, os quais estão povoados — como comprova com alguns exemplos — de «excessos e outros encantamentos».

Esta crítica é obtida pelo meio de uma *contra-argumentação*, marcada pelo contrastivo *porém* («Porém, a isto não dão lugar os livros de cavalarias [...]» — p. 61) — *contra-argumentação* que tem como exacto ponto de aplicação o apontamento com que Solino remata as suas considerações sobre a liberdade de invenção e a ordem própria que esta instaura na ficção (ver acima). Este apontamento contém, como já registei, uma exemplificação (invocação da valentia dos feitos de Rodamonte) em que o encarecimento surge particularmente enfatizado, ilustrando aqueles excessos que o Doutor censura.

d. A base e o desenho do movimento de *inversão argumentativa* com que abre a intervenção de Lívio ficam, assim, mais exactamente configurados: o que para Solino nos livros de cavalaria se mostra, para além de legítimo, largamente positivo, revela-se para Lívio como claramente negativo por ilegítimo, pois atenta contra a verosimilhança.

2.2.6.2. Dando seguimento à sua intervenção, que organiza explicitamente através do segmento, já acima referenciado, «e deixando isto», Lívio interessa-se por aspectos que havia já focado numa intervenção anterior (D-2, p. 59; ver, aqui, 2.1.3.).

Retoma, na verdade, a ideia da ‘inutilidade’ dos livros de cavalaria então por si introduzida, reiterando que eles contêm «patranhas desproporcionadas» (com o que insiste no tópico dos ‘excessos’) e «gastam mal o tempo a quem neles se ocupa».

Tais referências são inscritas no desenho de uma explícita *contraposição* entre os ‘livros de história verdadeira’ e os ‘livros de história fingida’ que conduz ao estabelecimento de uma clara vantagem para os primeiros na base de um triplo argumento: ao contrário dos livros de história fingida — que são, assim, mais uma vez *desqualificados* — os livros de história verdadeira «servem de exemplo para imitar, de lembrança para engrandecer e de recreação para divertir.» (p. 62). A expressão desta superioridade dos livros de história verdadeira é adequadamente enfatizada pelo Doutor Lívio ao considerar como descabida qualquer comparação entre

eles e os livros de história fingida: «[...] é graça e galanteria comparar histórias verdadeiras com patranhas desproporcionadas, que gastam o tempo mal a quem nelas se ocupa, quando as outras servem de exemplo para imitar, de lembrança para engrandecer e de recreação para divertir». Três perguntas retóricas introduzem, então, elementos de apoio a, e também de explicitação e reforço de, cada um daqueles três argumentos: «A quem não anima ler as histórias de seus antepassados? A quem não move o desejo de igualar a fama que lê de suas obras? O governo da paz, a ordem da guerra, o trato dos homens, o comércio das províncias, donde se conserva, alcança e sabe senão pelas histórias verdadeiras?» (p. 62).

A contraposição assim desenvolvida entre ‘livros de história fingida’ e ‘livros de história verdadeira’ — e a argumentação que nela se contém — é servida por alguns recursos orientados para uma acção persuasiva particularmente vincada.

Assim, começo por anotar que encontramos aí o conector *quando* actualizado como *contrastivo*, justamente com o valor de *contraposição*, sendo que nessa qualidade actua também como elemento focalizador do segmento que introduz e sendo ainda que esta focalização se prolonga e robustece pela circunstância de os conteúdos vazados no segmento assim destacado ficarem marcados como verdade²⁹ ou, mais ainda, como ‘verdade tendencialmente corrente’ que o Doutor Lívio também assume como sua. Ter-se-á presente o momento de *polifonia* que se inscreve neste enunciado justamente por força da integração que nele se dá daquela ‘verdade tendencialmente corrente’, implicitamente atribuída a um enunciador anónimo, colectivo: o Locutor/Lívio põe em cena um Enunciador (anónimo, colectivo, como acabei de escrever — que representarei por E-0), ao qual se assimila (L = E-0), fazendo sua a voz que lhe atribui, que constitui uma *doxa*³⁰. Devo observar que esta incorporação de uma doxa anónima obtém para este segmento da intervenção de Lívio um efeito argumentativo acrescido — o de reforçar, maximizar, a validade do seu discurso.

Por outro lado, para além do efeito de ênfase obtido através da actualização da sequência de três perguntas retóricas (cuja função argu-

²⁹ Tenha-se presente a tendência acentuada, pelo menos na sincronia actual do português, para a ocorrência da expressão “*é certo*” em posposição imediata a este *quando* com valor contrapositivo: “*quando é certo...*”.

³⁰ Ver a noção de “*on-vérité*” de A. Berrendonner (BERRENDONNER, A. — *Le fantôme de la vérité. Questions sur l’assertion*, in «L’ilocutoire. Linguistique et Sémiologie», 4, Lyon, 1976 — também in BERRENDONNER, A. — *Éléments de pragmatique linguistique*, Paris, 1981). Sobre as dimensões de *polifonia*, ver, acima, 0.2.5. e as indicações bibliográficas apontadas na Nota 16. Ver também, mais abaixo, 2.2.7.5..

mentativa específica já ficou registada), há que referir que em cada uma delas se verifica a projecção de um dispositivo igualmente focalizador — *a deslocação à esquerda* do complemento do verbo («A quem não anima [...]?»; «A quem não move [...]?»; «O governo da paz, a ordem da guerra, o trato dos homens, o comércio das províncias, donde se conserva, alcança e sabe [...]?»); na última destas perguntas retóricas, há ainda para referenciar não apenas a presença de um dos raros marcadores da retoricidade das perguntas retóricas — o elemento *senão* — mas também a particular força focalizadora que o seu uso arrasta para o segmento que introduz. Acontece ainda que este segmento especialmente posto em foco é exactamente o que tem como referência o objecto de discurso que é instituído na intervenção em análise em tema de louvor — «histórias verdadeiras». Registe-se, finalmente, que à variável *quem* indagada nas duas primeiras perguntas retóricas (que são negativas) corresponde o quantificador universal nas asserções positivas a que equivalem — o que amplifica a força declarativa de tais segmentos.

A esta particularmente bem conseguida manifestação de convicção assertiva acrescenta-se a força persuasiva própria do *argumento de autoridade*, co-orientado com os anteriores para o louvor dos livros de história verdadeira, com que o Doutor Lívio fecha esta sua intervenção: «Donde Marco Túlio chamou à História mestra da vida» (p. 62).

2.2.7. Solino (S-4, p. 62) desvaloriza de imediato, e de modo sumário — índice da pouca relevância que lhe atribui — o argumento de autoridade com que Lívio remata o seu *tempo de elocução* («Vós [...] achareis isso nos vossos cartapácios [...])»).

Numa longa intervenção, tenta responder aos vários pontos focados pelo Doutor. A este respeito, a fala de Solino aparece como particularmente ilustrativa da co-construção dos objectos do discurso que se dá nas trocas dialógicas e do *carácter duplamente referencial*, já devidamente considerado, de cada intervenção. Há, na verdade, nesta fala de Solino a utilização de um procedimento específico: o *desdobramento analítico* da intervenção a que reage. Este procedimento desempenha um papel múltiplo: *trata/processa* a fala anterior (ordenando-a, assim, do ponto de vista da recepção-interpretação), focaliza os tópicos que a preenchem — o que permite melhor rebater cada um deles — e ainda organiza internamente a intervenção reactiva.

Aquele *desdobramento analítico* é claramente marcado pelos elementos «Primeiramente», «quanto ao retrato e exemplo de vida», e ainda

«quanto ao exemplo» — cada um destes últimos introduzido pelo conector aditivo «E»: Solino serve-se deles como *focalizadores e organizadores discursivos* e ainda, no caso dos dois últimos, também como *marcadores de universos de discurso*, elementos que operam não apenas na ordenação do desenvolvimento/estruturação da sua intervenção como também no tratamento que dá à intervenção anterior, como acima já referenciei. Numa perspectiva complementar, salientarei que estes elementos, cujo carácter *metadiscursivo* é claro, recortam, globalmente, no desenvolvimento discursivo um *efeito de sequência*, pois assinalam também uma *série enumerativa*. Como tal, devem também ser tomados como *marcadores de integração linear*³¹.

Esta explícita e específica *pontuação* do discurso parece ser um traço do modo de elocução de Solino, pois já o encontramos na sua fala anterior (S-3, p. 61; ver, aqui, 2.2.5.). Resta acrescentar que nesta mesma fala de Solino se concentram, como oportunamente apontarei, variados fenómenos de *retoma* do já verbalizado, que, reactivando, presentificando, a memória do já dito (como escrevi em 0.2.2.1.), obtêm um efeito saliente de interligação entre este segmento do discurso e a intervenção anterior de Lívio, a que riposta.

2.2.7.1. Depois de reagir, nos termos que apresentei acima, ao argumento de autoridade avançado por Lívio, Solino isola — por *focalização* servida, como já ficou registado, pelo *organizador discursivo* «Primeiramente» — um dos pontos centrais da intervenção do Doutor, a saber, a veracidade das ‘histórias verdadeiras’. Reitera, quanto a isso, a posição por si já assumida (ver, de novo, 2.2.5.) — a *refutação* dessa veracidade: «nas histórias a que chamam verdadeiras, cada um mente segundo lhe convém, ou a quem o informou, ou favoreceu para mentir [...]» (p. 62). Repare-se no segmento «a que chamam» aplicado a «verdadeiras»: ele marca o *distanciamento* — ou, melhor, a *recusa* (confirmada no cotexto imediatamente subsequente) de Solino em aceitar tal estatuto de veracidade dos livros de história verdadeira.

A esta debilidade dos livros de história verdadeira contrapõe Solino que «No livro fingido contam-se cousas como era bom que fossem e não sucederam, e, assim, são mais aperfeiçoadas» (p. 62). É patente que Solino reitera (como no caso anterior) uma perspectiva que antes havia defendido

³¹ Ver ADAM, J.-M. — *Éléments de Linguistique Textuelle*, Liège, 1990, especialmente, pp. 154-161.

(ver, mais uma vez, 2.2.5.): o carácter assumidamente fingido/fictivo dos livros de cavalaria e a excelência que isso, conjugado com a ‘boa invenção’ das histórias, obtém para estas composições. Os três enunciados subsequentes («Describe-se o cavaleiro [...]»; «E, assim, não lereis livro [...]»; «Vereis que [...]» — p. 62) fornecem a ilustração argumentativa do ponto de vista apresentado.

2.2.7.2. No momento seguinte, Solino focaliza um outro aspecto do discurso de Lívio, isolando-o agora também com o segmento «quanto ao retrato e exemplo de vida» — segmento que ao mesmo tempo, e como já apontei acima, serve de *marcador de universo de discurso e de organizador discursivo*. Sobre este ponto, Solino defende que aqueles ‘melhor se colhem’ nos livros de cavalaria do que nos livros de história verdadeira. Solino apoia esta sua posição na «diligência» e no «engenho» que envolve a construção romanesca, em contraste, desvalorizador para os livros de história verdadeira, com o que diz não raro ocorrer no «sucesso» que estes relatam — o qual «às vezes, se alcançou por mão da ventura, sem a diligência e engenho meterem nenhum cabedal.» (p. 62).

Ter-se-á reparado em que na valorização aqui empreendida por Solino dos livros de cavalaria há um eco do louvor das qualidades e competências dos autores destes livros que encontrámos na intervenção de Leonardo (L-3), acima (em 2.1.4.) analisada.

2.2.7.3. Dá-se de seguida na mesma intervenção de Solino uma nova modalidade de *focalização/isolamento* — e ao mesmo tempo de *retoma* — de um outro ponto do discurso anterior de Lívio.

Tal é conseguido através de um *movimento de concessão*: «Não digo que os livros tenham excessos desatinados que não sejam semelhantes à verdade, nem os encantamentos tão escuros e disconformes que não tenham algũa maneira de enganar o juízo.» (p. 62).

Interessa observar que os movimentos de concessão envolvem sempre um acordo — acordo cujo objecto é aqui justamente constituído pelos ‘excessos’ detectados nos livros de cavalaria (acusação, lembremos, que encontramos no discurso de Lívio, que, assim, é mais uma vez retomado). Por outro lado, esses mesmos movimentos projectam-se muito regularmente em articulação com um outro — o de *contra-argumentação*, que os neutraliza, impondo uma orientação discursiva diversa, que suplanta a que aqueles primeiros desenham.

É exactamente isso que aqui acontece — com o que se acentua a dinâmica argumentativa de toda esta intervenção de Solino. O enunciado introduzido por *Porém* («Porém, os livros bem fingidos como verdadeiros obrigam») actualiza, com os efeitos já referenciados, este movimento contra-argumentativo.

2.2.7.4. Há ainda, naquele mesmo movimento contra-argumentativo produzido por Solino, um outro aspecto importante. É que nele Solino também reitera (e não valerá a pena insistir no significado — na ordem da organização discursiva e na ordem da dinâmica argumentativa — de mais outra ocorrência de uma reiteração) um ponto igualmente focado na sua intervenção anterior (S-3. p. 61; aqui, 2.2.5.): a força do poder de edificação, o ‘proveito’ provindo da ‘boa invenção’ dos livros de cavalaria³². É exactamente o que naquele enunciado se defende — sendo, de resto, que esta orientação discursiva é inequivocamente comprovada pelos casos que Solino relata em apoio da sua tese (p. 62-63).

2.2.7.5. Quero retomar a sequência *movimento concessivo-movimento contra-argumentativo* que apresentei já nos dois números precedentes para propor uma caracterização mais pormenorizada.

No movimento de concessão consuma-se, como já anotei, uma etapa discursiva de acordo — cujo objecto igualmente aponte: trata-se da tese defendida por Lívio, que representarei por p e condensarei na formulação seguinte:

p — ‘há excessos desproporcionados nos livros de cavalaria’.

Direi, então, que nesta produção o Locutor (Loc: Solino) põe em cena um Enunciador (E-1), que não é senão o Locutor anterior (D. Júlio) — logo, diferente, distinto do Locutor (Solino) que agora fala (Loc = / = E-1) — cujo discurso (p) toma como seu. Tomando p como seu, toma igualmente como sua a conclusão (C) que p favorece, de que é argumento³³ — conclusão que formularei em:

C — ‘os livros de cavalaria resultam desqualificados’.

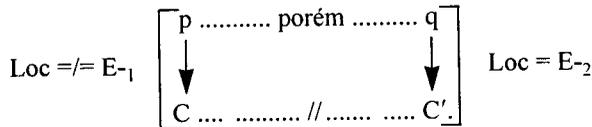
³² Cf. em Solino-3 (p. 61): «e são tão bem inventados que levam após si os olhos e os desejos dos que os lêem». Sobre a posição interactiva-argumentativa ocupada por este segmento, ver, acima, 2.2.5..

³³ Importa ter presente que esta conclusão deve ser tomada absolutamente como *parte constitutiva* do sentido.

No enunciado contra-argumentativo que se segue (que representarei por q), o Locutor/Solino põe igualmente em cena um segundo Enunciador (E₋₂), com o qual, desta vez, se identifica, ao qual se assimila (Loc = E₋₂) — sendo que, por obra do contrastivo «Porém», que o introduz, q surge como argumento anti-orientado a p, e mais forte que ele, jogado em favor de uma conclusão diversa da anterior (C'), que suplanta, imprimindo ao discurso uma outra orientação³⁴; exprimirei esta nova orientação discursiva em:

C' — 'os livros de cavalaria comportam uma assinalável força de edificação/'proveito', que os torna excelentes'.

O que acabei de apresentar dá também conta da particular *polifonia*³⁵ que se concentra naquele mesmo enunciado; nele falam vozes diversas, uma vez em sintonia, outra vez em fricção, saindo vencedora a voz de E₋₂/Solino. O esquema seguinte pretende representar essa polifonia:³⁶



Essa mesma polifonia deve ser vista como um *diálogo cristalizado* na seqüência concessão-contra-argumentação, que pode ser desdobrada como segue:³⁷

I. Tu (Lívio/E₋₁) dizes: (p)

'os livros de cavalaria comportam excessos desproporcionados',

³⁴ Devo sublinhar que esta formulação dá conta das salientes dimensões argumentativas albergadas no contrastivo, com valor contra-argumentativo, *porém*: na verdade, ele cumula duas indicações — de um lado, a de *contradição argumentativa* (tornando as conclusões favorecidas pelos argumentos p e q, que conecta, como elementos marcados por disjunção exclusiva), e, do outro lado, a de *força argumentativa* (p < q).

³⁵ Sobre *polifonia*, ver 0.2.4. e Nota 16.

³⁶ Para representações do tipo que vai ser averbado, ver ADAM, J.-M. — *ob. cit.*. Ver também a Nota seguinte.

³⁷ A análise aqui apresentada dos diversos *movimentos argumentativos* encontrados segue de muito perto a caracterização que de idênticas dimensões discursivas explorei em FONSECA, J. — *Linguística e Texto/Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*, «Elogio do sucesso: a força da palavra/o poder do discurso», Lisboa, ICALP, 1992. Para uma esquematização mais completa, que explicita mais cabalmente os enunciadores que o locutor põe em cena e ainda as *atitudes* que adopta para com as vozes desses enunciadores, ver o meu estudo referenciado acima, na Nota 27.

querendo com tal impor a conclusão (C)

‘os livros de cavalaria resultam desqualificados’.

II. Eu (Solino/E₂) *aceito/admito*:

— É verdade.

E *contra-argumento*: (q)

— ‘Mas também é verdade que os livros de cavalaria «como verdadeiros obrigam», fornecendo, assim, matéria de edificação/’proveito’’,

— sendo que q é argumento (mais forte do que p para C) para a conclusão (C’)

‘os livros de cavalaria são excelentes pelo ‘proveito’ que permitem obter’.

Resta uma última observação: o segmento contra-argumentativo comporta, pela força argumentativa que contém (mais exactamente, por obra do valor contra-argumentativo do contrastivo *porém*³⁸) uma *proposta de tematização*, em sintonia com a conclusão desenhada. Ora, precisamente, essa proposta de tematização — ou seja, justamente de *desenvolvimento discursivo* — está objectivada nos casos que Solino aduz como ilustração da sua tese: casos do ‘proveito’ providenciado pelos livros de cavalaria aos seus leitores.

2.2.8. Um dos casos que ilustram este ‘proveito’ prodigalizado pelos livros de cavalaria que Solino relata no termo da sua intervenção (p. 62-63) obtém grande sucesso junto dos seus parceiros de conversação — o que é apontado por Rodrigues Lobo numa sua específica intromissão³⁹ no desenrolar do colóquio que põe em cena no **Diálogo I**.

Com essa intromissão, Rodrigues Lobo introduz explicitamente um *sinal de retroacção* que congrega todos os intervenientes («Muito festejaram todos o conto», p. 63). Com isso se obtém um adequado efeito de *distensão* num momento de particular vivacidade do diálogo.

Interessa observar que esta intromissão de Rodrigues Lobo cumpre ainda uma outra função, de particular relevância: ela opera uma mudança

³⁸ Ver Nota 34.

³⁹ Ver, entretanto, as observações contidas em 0.2.2. e na Nota 4.

de *planos enunciativos*, assinalando justamente a passagem do *espaço semântico/mundo*, que é *fictivo*, recortado pela *narração* de Solino para o *espaço semântico/mundo da situação efectiva de comunicação* criada no discurso, em que aquele primeiro se veio incrustar. É de notar que esta passagem é activada por uma instância exterior à conversação — o Autor que a põe em cena e a ordena, enquanto criação globalmente também fictiva.

Salientarei ainda que aquela mudança de *planos enunciativos* tem lugar no momento subsequente àquele em que Solino, no seu papel ocasional de *narrador*, fecha a narrativa que vinha apresentando com o segmento «E ele dali adiante o foi mui valeroso». (p. 63) — segmento que claramente constitui a invariante estrutural *Moral* que se reconhece habitualmente no termo de uma narrativa.

Ter-se-á já reparado em que o conteúdo vazado neste momento de fecho da narrativa sublinha bem a direcção discursiva, já devidamente apontada, da última parte da intervenção de Solino em análise: a referência argumentativa de casos do ‘proveito’ proporcionado pelos livros de história fingida.

2.2.8.1. É o Doutor Lívio quem toma a iniciativa de prosseguir a conversação (D-5, p. 63-64).

Num primeiro momento, e indiciando o efeito de distensão que referenciei no número anterior, o Doutor Lívio imprime ao seu discurso uma tonalidade de conciliação: com efeito, rende-se às perspectivas defendidas por Solino, aceitando nomeadamente que «Tão bem fingidas podem ser as histórias que merecem mais louvor que as verdadeiras» — embora não deixando de atenuar o alcance desta sua admissão: «mas há poucas que o sejam».

Encontramos, assim, neste passo, e mais uma vez, a sequência *movimento de concessão-movimento de contra-argumentação*. No primeiro, consoma-se uma *retoma* de um discurso alheio já havido — retoma que ocasiona um momento de *polifonia* e se dá sob a modalidade do *acordo*, envolvendo uma *reformulação (hétero-reformulação) por condensação*. O segundo (introduzido por *mas*) desenha uma orientação discursiva diversa da que se liga ao primeiro, que suplanta, mas que só mais adiante se afirma plenamente⁴⁰.

No mesmo quadro de conciliação, o Doutor chega mesmo a reconhecer que «a fábula bem escrita [...], ainda que não tenha força de verdade,

⁴⁰ Ver 2.2.8.3..

tem ãa ordem de razão, em que se podem manifestar as cousas verdadeiras» (p. 63), ratificando, assim, o princípio da legitimidade da invenção romanesca e a ordem interna que é própria de tais composições (pontos que foram adequadamente defendidos, como se recorda, por Solino: ver, aqui, 2.2.5. e 2.2.7.1.). Como se torna evidente, há também neste passo uma *retoma* do discurso alheio, com *reformulação* (*hétero-reformulação*) *por condensação*, configurando-se também por força disso mesmo mais um momento de *polifonia*. A posição agora assumida por Lívio é apoiada com a invocação de quatro autores (Xenofonte, D. António de Guevara, Esopo e Lúcio Apuleio).

Finalmente, Lívio prolonga a mesma disponibilidade para o consenso, a conciliação, acabando por admitir que «todos os livros que em seu género são bons se podem chamar perfeitos». (p. 63).

2.2.8.2. Num segundo momento, que se alimenta ainda do mesmo tom de busca de consenso, o Doutor *sumaria/condensa*, em tonalidade de *preceituação/recomendação*, o seu pensamento sobre a oposição 'história verdadeira'-'história fingida' que vinha sendo analisada, tentando de novo conciliar pontos de vista: «Resta agora que o que escreve história seja verdadeiro e não terá Solino de que o repreender nela»; «O que compõe fábulas seja verosímil e não terei eu razão de o reprovar» (p. 63).

Estas formulações estão vazadas num esquema frásico específico (*p!* e *-q*)⁴¹ — de que provém a tonalidade de *preceituação/recomendação* que acima referenciei — e nelas Lívio *retém* a orientação discursiva básica, por um lado (na primeira), das intervenções de Solino sobre os livros de 'história verdadeira', e, por outro (na segunda), das suas próprias posições sobre os livros de 'história fingida'. Há, pois, naqueles enunciados uma particular *retoma, com reformulação* (*respectivamente, hétero e auto-reformulação*) *por condensação*, do anteriormente já comunicado.

⁴¹ Ver FONSECA, J. — *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*, «Pragmática dos enunciados vazados nas sequências 'p!' e 'q' e 'p!' ou 'q'», «Coleção Linguística — n.º 1», Porto, Porto Editora, 1993. Interessa observar que, em rigor, só o segundo destes enunciados está estritamente vazado no esquema 'p!' e '-q'. No entanto, o primeiro contém esse mesmo esquema, com a particularidade de o segmento directivo (que *p!* representa) estar realizado como *directivo indirecto*, especificamente expresso na *asserção de uma 'falta'* («Resta agora que...»). Sobre este ponto, ver FONSECA, F. I. — *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, «Subjonctif et Impératif en portugais. Une contribution à l'étude de la configuration linguistique du SOUHAIT, de l'ORDRE, du REGRET et du REPROCHE», «Coleção Linguística — n.º 2», Porto, Porto Editora, 1994, e também FONSECA, J. — *ob. cit.*

Não será preciso pôr em foco as dimensões *metadiscursivas* contidas nesses mesmos enunciados (e a *polifonia/incorporação de vozes* que neles tem lugar) nem a relevância que obtêm no que tange à organização e à consistência interna do discurso.

No termo deste segundo momento da sua intervenção, o Doutor Lívio alarga, no mesmo tom de preceituação/recomendação, as suas considerações a outros géneros discursivos: «O que trata de ciência, alegue razões. O que fala de artes, experiência. E o que quer ensinar princípios, mostre autoridade.» (p. 63).

Quero salientar que a preceituação/recomendação contida nestes enunciados (servida, de resto, pelo formato breve, de tipo formular, que se repete, desses mesmos enunciados) aponta para aspectos diferenciados — indiciando uma ajustada sensibilidade a questões relevantes da organização e funcionamento dos discursos. No primeiro desses enunciados, referenciava-se o modo de composição próprio do ‘discurso da ciência’ — que é apresentado como discurso da explanação e da demonstração (Cf. «alegue razões»). Nos dois outros enunciados, alude-se antes a *condições de boa execução*, de um lado, do ‘discurso sobre as artes’, que requererá do autor «experiência», e, do outro, do ‘discurso de inculcação de valores/«princípios»’ (Cf. «o que quer ensinar princípios»), que exigirá «autoridade». Nestes dois últimos casos — em que se referenciam modalidades discursivas que apresentam, sem dúvida, maior pertinência no conjunto do **Diálogo I** e de toda a **Corte na Aldeia** —, as condições consideradas são mais exactamente *condições de sucesso*, onde sobressai a da *legitimidade* para a produção adequada e eficaz desses mesmos discursos ⁴².

⁴² Convirá registar que o que nestes segmentos se enuncia como exigência de «experiência» e de «autoridade» corresponde, como se compreende, à formulação de uma *condição necessária* para a produção ajustada dos discursos em referência. Tal se evidencia através das glosas seguintes:

- (i) ‘o que não alegar experiência não pode/deve falar de artes’;
- (ii) ‘o que não mostrar autoridade não pode/deve (querer) ensinar princípios’.

Outras glosas, embora menos próximas, serão:

- (ia) ‘como (se pode) falar de artes, se não se alega(r) experiência/sem (alegar) experiência?’;
- (iia) ‘como (querer) ensinar princípios, se não se mostra(r) autoridade/sem (mostrar) autoridade?’.

Sobre os aspectos agora focados, ver FONSECA, J. — *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*, «Pragmática das perguntas ‘como p, se q?’ e ‘como não p, se q?’», «Coleção Linguística — n.º 5», Porto, Porto Editora, 1994.

2.2.8.3. Falta, entretanto, ter em conta um terceiro momento da intervenção do Doutor Lívio em análise. Nesse terceiro momento, Lívio, coerente com as posições assumidas ao longo do debate (que de alguma maneira salvaguarda, no primeiro momento da sua fala referenciado em 2.2.8.1., com o segmento contra-argumentativo aí transcrito — «mas há poucas que o sejam»), re-orienta o seu discurso para o louvor dos livros de história verdadeira, na base da consideração de argumentos no essencial já disponíveis, pois remetem para, e de algum modo expandem, o ‘proveito’ já antes afirmado de tais livros: «a história verdadeira apascenta os doutos, adelgaça os grosseiros, encaminha os moços, insina os mancebos, recreia os velhos, anima aos baixos, sustenta os bons, castiga os maus, ressuscita aos mortos, e a todos dá fruto a sua lição.» (p. 64).

Virá a propósito observar que, neste terceiro momento da sua intervenção, Lívio se dirige expressamente a D. Júlio. Lembro que se deve a D. Júlio a proposta/sugestão para se discutir as ‘predilecções’ de cada um em matéria de livros (DJ-2, p. 60; ver, aqui, 2.2.1.), e ainda que foi ele o primeiro a falar dessas predilecções (DJ-3, p. 60; ver, aqui, 2.2.4.), manifestando ‘particular afeição’ aos livros de histórias verdadeiras.

Ao recortar o seu discurso na direcção apontada, o Doutor Lívio não deixa de assinalar a sintonia da posição que vai enunciar com a defendida por D. Júlio: «vós estais no caso». (p. 64).

Esta atitude, que remete explicitamente para a primeira intervenção de D. Júlio no debate e que sublinha a convergência entre as duas figuras/personagens, ganha algum significado. Por um lado, ela indicia — o que efectivamente se vai confirmar, como apontarei mais abaixo — o fecho de um ciclo de trocas, o remate de um longo e matizado debate sobre a oposição livros de histórias verdadeiras-livros de histórias fingidas. Por outro lado, tal fecho dá, como se viu, ocasião a um louvor conclusivo sobre os livros de histórias verdadeiras — sendo que a circunstância de tal louvor ocupar o momento final daquele ciclo lhe imprime uma saliência particular: é que a orientação argumentativa que ele contém não se verá contraditada, tendendo, deste modo, a constituir um dado adquirido na discussão que teve lugar. Tal decorre do que, com E. Eggs, chamarei de *princípio do último interveniente* numa cadeia argumentativa⁴³.

⁴³ Cf. EGGS, E. — *Grammaire du discours argumentatif*, Paris, 1994, p. 21: «... si le proposant n’attaque pas l’argumentation de l’opposant, c’est l’argument de ce dernier qui comptera en dernière instance. Le dernier intervenant dans une chaîne argumentative a donc un pouvoir communicatif énorme puisque c’est sa conclusion qui comptera jusqu’à nouvel ordre. Appelons ce phénomène *principe du dernier intervenant*».

2.2.9. Não terá passado despercebido o alargado espaço que a questão do ‘proveito’ que os livros de cavalaria e os livros de história verdadeira proporcionam aos seus leitores ocupa na disputa travada sobre aquelas composições. Como pudemos ver, tal questão é sucessivamente focada, dando lugar a momentos marcados por grande vivacidade: Leonardo (L-4, p. 60; ver 2.1.4.1.) e Solino (S-3, p. 61; ver 2.2.5.2.; S-4, p. 62-63; ver 2.2.7.2. e 2.2.7.4.) insistem em que tal ‘proveito’ se encontra particularmente nos livros de cavalaria; D. Júlio (DJ-3, p. 60-61; ver 2.2.4.) e o Doutor Lívio (D-4, p. 61-62; ver 2.2.6.2.; D-5, p. 63-64; ver 2.2.8.3.) defendem antes que tal ‘proveito’ é prodigalizado sobremaneira (ou mesmo exclusivamente) pelos livros de história verdadeira. A presença obstinada de tal questão indicia a sua saliência na problemática da leitura, que o quadro epocal poderá fazer compreender plenamente.

2.3. No termo da intervenção que ficou analisada em 2.2.8.1.-2., o Doutor Lívio, não querendo ocupar excessivamente o espaço interlocutivo («por que esta não seja mais comprida») activa o *dispositivo metacomunicativo da alternância do uso da palavra, distribuindo a vez* a Píndaro («diga Píndaro agora a sua opinião.» (p. 64)).

Píndaro (P-2, p. 64) tem, assim, a ocasião de se pronunciar sobre as suas predilecções em matéria de livros, inscrevendo-se no conjunto das trocas suscitadas por D. Júlio na (já algo afastada) intervenção (DJ-2, p. 60; ver, aqui, 2.2.1.) em que propõe que «cada um diga a sua opinião nos livros que mais lhe contentam e das razões que tem para os aprovar».

Desse modo, a fala de Píndaro vincula-se ainda ao macro-segmento iniciado por aquela intervenção de D. Júlio — a *macro-unidade* que foi analisada nos números anteriores. Ao mesmo tempo, porém, e como já aponte, dele se aparta, inaugurando, nos termos que analisarei de seguida, uma terceira *macro-unidade* reconhecível no *Desenvolvimento* da conversação, que é realizada nas seguintes intervenções: Solino-5, Doutor-6, Píndaro-2, D. Júlio-4, Píndaro-3 e (em parte) Doutor-7.

2.3.1. A convocação de Píndaro à participação na conversação não surte, porém, efeitos de imediato. Na verdade, Solino intromete-se com um breve comentário (S-5, p. 64), a que o Doutor (D-6, p. 64) junta um outro — o que retarda a fala de Píndaro. Aqueles dois comentários desenham uma mesma orientação discursiva: tendo em conta o estatuto de Poeta que reconhecem a Píndaro, Solino e Lívio, na previsão de que ele tenderia a pronunciar-se sobre poesia (Cf. Solino-5: «Apostarei eu [...] que, se a

Píndaro lhe armarem com poesia levantada sobre os bons conceitos e versos [...], que o tomarão como pássaro em visco.», p. 64), pretendem afastá-lo disso, lembrando que havia ficado acordado não se tratar dessa temática (Cf. Doutor-6: «[...] e vá com declaração que não tratamos de poesia.», p. 64).

Embora declarando prontamente⁴⁴ aceitar esse acordo, Píndaro (P-2, p. 64) não resiste a fazer o elogio da poesia, conduzindo à consideração final de que «nunca os livros de poesia podem vir em competência» com os que até ao momento haviam sido tratados.

2.3.2. D. Júlio (DJ-4, p. 65) aproveita esta consideração — que, através do conector «De maneira que» que a introduz, vem marcada de reflexão conclusiva, criando o efeito (que viabiliza a *transferência de vez*) de fechamento, de remate de uma sequência discursiva — para dar por terminada a intervenção do Poeta («quanto a mim, estais declarado») e para endossar a palavra a Livio, num *acto (marcado claramente por cortesia) metacomunicativo de composição da interacção*, na modalidade de *organização da continuação da conversação*: «e com o desejo de ouvir a opinião do Doutor, não digo o mais que me parece.»

Píndaro (P-3, p. 65) *não cede*, porém, *a vez*, insistindo — no que se consuma um outro *acto de composição da interacção*, por *reclamação da palavra ou sustentação/manutenção da palavra* — em pronunciar-se sobre a matéria em debate, comprometendo-se a efectivamente deixar agora de lado a questão da poesia («não falando em poesia»).

2.3.3. O retardamento da intervenção de Píndaro, nos termos acima referenciados, o modo algo apressado como D. Júlio considera terminado o tempo de elocução do Poeta e a insistência deste em *retomar/manter/não ceder* a palavra desempenham aqui um papel particular, que, como se nota, Rodrigues Lobo soube preparar adequadamente: o de pôr em evidência, o de fazer ressaltar uma nova e importante achega ao debate. Tal achega inflecte a orientação da discussão que se vinha desenrolando para a consideração, já não da oposição ‘história verdadeira’-‘história fingida’, antes do *Diálogo como género literário cortesão*. É para este tipo de composições/livros que vão as preferências de Píndaro, por razões que explicitamente invoca: «e digo [...] que não escolho lição de historiadores

⁴⁴ Dimensão de índole interactiva que é explicitamente apontada no *verbo de comunicação* do enunciado inciso com que Rodrigues Lobo introduz a fala de Píndaro: «(acudiu Píndaro)». Ver, acima, 0.2.2..

verdadeiros, nem tenho por melhor a dos fingidos, porque uns servem de conservar a memória, os outros, de enganar o entendimento. E serão melhores os livros que deleitem a memória e a vontade e apurem e levantem o entendimento, como os de recreação que, com algũa engenhosa novidade, tratam de matérias políticas e engraçadas: de corte, de aldeia e de qualquer sujeito aprazível. Há destes muitos bem recebidos, aprovados e proveitosos na república, cuja variedade e doutrina é para mim ùa lição mui saborosa» (p. 65).

Esta inflexão — interessa também sublinhá-lo — obtém ainda uma outra dimensão de particular relevância, não apenas no **Diálogo I** como também em toda a **Corte na Aldeia**, o que está em sintonia com o destaque que Rodrigues Lobo lhe dá, como observei antes: com efeito, nas palavras de Píndaro fica retida, como bem observa J. Adriano de Carvalho, “uma rápida síntese da própria obra em que intervém e ajuda a criar”⁴⁵.

Importa realçar — e este ponto revela-se também central — que fica, deste modo, aqui instaurado um *duplo plano, uma ambiguidade semântico-referencial*, pois se alude a uma obra ao mesmo tempo *em projecto* (de que se apresenta já, como vimos, uma síntese) e *em acto de concretização*.

Convém registar que este aspecto será ainda retomado, como veremos, na sequência da conversação — o que seria de esperar, dada a relevância de que se reveste⁴⁶.

2.3.4. A inflexão que a intervenção de Píndaro opera no andamento do discurso é reconhecida por Lívio (D-7, p. 65), que a retoma para desenvolvimento: «porque atèqui falámos do modo de compor e escrever livros e não das matérias que, escritas, serão agradáveis».

Dando seguimento a este *acto metadiscursivo* ao mesmo tempo *de organização, com reformulação (hétero-reformulação) por sumarização/condensação* do discurso já havido (Cf. o primeiro segmento do passo transcrito), e *de planificação* (Cf. a segunda parte do mesmo passo), que anuncia a temática a considerar (e de novo temos aqui, com este duplo acto, a obtenção de um *efeito de sequencialização discursiva*), o Doutor Lívio enuncia os grandes princípios a que deve obedecer a construção dos Diálogos⁴⁷.

⁴⁵ CARVALHO, J. Adriano de — *ob. cit.*, Nota 13, p. 65.

⁴⁶ Ver ainda o número seguinte e, mais abaixo, 2.6.4.2. e 2.6.5.2..

⁴⁷ Ver CARVALHO, J. Adriano de — *ob. cit.*, de novo, a Nota 13, p. 65. Para a problemática dos Diálogos como género literário e questões conexas remeto, de novo, para os excelentes trabalhos de J. Alves Osório citados acima, na Nota 1.

A enunciação destes grandes princípios complementa as considerações tecidas antes por Píndaro — sendo, então, que este segmento da fala do Doutor Lívio obtém significado e relevância (tanto no plano local como no de toda a obra) idênticos aos que acima, no termo do número anterior, foram atribuídos à intervenção do Poeta.

As considerações tecidas sobre a construção dos Diálogos abarcam não apenas a temática (que deverá ser variada e aprazível) mas também a técnica compositiva e ainda aspectos que tangem à tonalidade do discurso, que combinará graça e doutrina ⁴⁸. Todas estas dimensões encontram ilustração imediata na obra em estudo — no que se consuma, como já observei no número anterior, a ambiguidade semântico-referencial que marca este segmento do discurso do **Diálogo I**.

Importa ainda acrescentar que a enunciação dos grandes princípios da construção dos Diálogos é acompanhada de uma dupla tomada de posição: defende o Doutor Lívio, por um lado, que «o melhor modo de escrever são os diálogos escritos em prosa» (p. 65), e por outro, que «aquela é melhor escritura que, com mais perfeição e viveza, imita a prática e conversação dos homens» (p. 65), que «a melhor escritura é a que retrata com mais semelhança a fala e conversação dentre os amigos.» (p. 65-66) ⁴⁹.

Observarei ainda que os grandes princípios da construção dos Diálogos aqui formulados não suscitam objecções da parte dos outros intervenientes na conversação, passando, assim, a constituir matéria consensual e dado adquirido. Tal virá mesmo a ser confirmado, de resto num momento de particular relevância do **Diálogo I**, numa intervenção de Solino e também numa de D. Júlio ⁵⁰.

2.3.5. Os aspectos focados em 2.3.3. e em 2.3.4. individualizam já suficientemente esta terceira *macro-unidade* do *Desenvolvimento* da conversação.

⁴⁸ Estes aspectos foram já devidamente focados por Píndaro, como acima ficou registado. Anoto que, na perspectiva do Doutor Lívio, os Diálogos, com a abertura a temáticas variadas, surgem também como forma de superar ou de neutralizar a disputa entre 'livros de história verdadeira' e 'livros de história fingida'. Atente-se, a este propósito, no segmento que sublinho no seguinte passo da sua intervenção em análise: «E, além de ser este estilo mais claro, mais vulgar, mais excelente, inclui em si a lição de todos os outros modos de escrever, como são os da história verdadeira e fingida...» (p. 65).

⁴⁹ Ver, entretanto, 2.4.

⁵⁰ Ver, aqui, 2.6.3. e 2.6.5.1..

Convirá, no entanto, acrescentar a observação de que nela — e mais exactamente na troca Píndaro-3/Doutor Lívio-7 — se constrói também, pelas razões já oportunamente expostas, a pertinência do título dado por Rodrigues Lobo ao *Diálogo I*: «**Argumento de toda a obra**»⁵¹.

2.4. D. Júlio, na intervenção que realiza a seguir (DJ-5, p. 66), condensa bem — e mais uma vez encontramos uma *retoma* (segundo a modalidade de *reformulação — hétero-reformulação — por sumarização/condensação*), cujo significado para a coesão do discurso já foi devidamente focado — uma das acima comentadas tomadas de posição do Doutor Lívio: «Pois, assim é [...] que a principal razão por que aprovais os dálogos é porque mais familiarmente se parecem com a prática [...]».

Tal condensação reflecte uma escolha estratégica para o desenrolar da conversação: focalizar as relações «prática»/«escritura». Efectivamente, D. Júlio avança de imediato com uma *proposta de tematização*, no que se concretiza mais uma *acto metacomunicativo e metadiscursivo de planificação da interacção e do discurso* a ter lugar: «desejo saber qual é mais nobre cousa: se a prática, se a escritura».

Faço notar que este acto é concretizado através de uma *pergunta (pedido de informação)* — ela, por sua vez, realizada indirectamente (no que intervém um princípio de cortesia), por meio da *asserção do desejo* (elemento de cariz psicológico que constitui condição de execução dos actos directivos, em que a pergunta se inscreve) de obter informação («desejo saber»).

Os aspectos que acabei de focar individualizam o segmento do discurso agora iniciado como uma nova *macro-unidade* (a quarta) do *Desenvolvimento* da conversação. Nela se inscrevem as seguintes intervenções: D. Júlio-5, Doutor-8 e D. Júlio-6.

2.4.1. A *proposta de tematização* contida nas palavras de D. Júlio dá lugar ao anúncio da sua posição sobre o assunto: «a mim me parece que à escritura se deve o melhor lugar» (p. 66).

É ao Doutor Lívio que D. Júlio se dirige — pelo que este fica convocado à ‘resposta’. Esta convocação — que, como sabemos já, constitui uma *instrução metacomunicativa que activa o dispositivo do revezar* —

⁵¹ Mais adiante surgirão dois outros momentos com idêntico alcance. Ver 2.6.4.2. e 2.6.5.2..

decorre por natureza dos traços interactivos e sequenciais que perfazem o valor ilocutório de *pedido de informação/pergunta*, mas é ainda reforçada por um marcado *constrangimento interactivo* que D. Júlio actualiza ao focalizar a discordância daquela sua posição em relação à antes assumida por Lívio: «porque a mim me parece que à escritura se deve o melhor lugar, e que antes merecia a prática por se parecer com ela, o que agora encontra a vossa opinião».

Com efeito, e como lembra D. Júlio, o Doutor, na sua intervenção anterior (D-7), ao configurar a excelência da «escritura» como baseada na imitação da «prática», deixa desenhada uma ‘superioridade’ da fala: «eu tenho para mim» — sustentava, como já ficou registado, Lívio — «que aquela é melhor escritura que, com mais perfeição e viveza, imita a prática e conversação dos homens» (p. 65); «a melhor escritura» — sustentava ainda, como igualmente já anotei, o Doutor — «é a que retrata com mais semelhança a fala e conversação dentre os amigos». (p. 65-66).

2.4.2. Face ao *constrangimento interactivo*, no seu duplo aspecto, que acabei de apresentar, o Doutor Lívio tem a oportunidade — ou, antes, a obrigação conversacional — de intervir.

O sentido desta sua intervenção (D-8, p. 66-67), que, na verdade, reitera a posição anteriormente assumida, fica sintetizado no termo do seu tempo de elocução: «nunca a escritura pode igualar a nobreza e perfeição da prática.»

A réplica de D. Júlio (DJ-6, p. 67) surge de imediato — e é veiculada num acto de explícito e total *desacordo*: «O contrário me parece a mim».

2.4.3. No conjunto da troca Doutor-8/D. Júlio-6, sumariamente apresentada no número anterior, são actualizados *movimentos argumentativos* variados que suscitam uma análise mais pormenorizada.

Por economia, apresentarei tal análise de um modo compactado, servindo-me de uma esquematização que pretende captar as dimensões centrais daqueles movimentos argumentativos.

Nessa esquematização, isolarei em I. os elementos referentes à intervenção de Lívio, e em II. os elementos relativos à reacção de D. Júlio. Esta manifesta-se de um modo particularmente denso, tornando-se conveniente distribuir os seus momentos mais salientes pelos conjuntos A, B, C. Ver-se-á que na intervenção de D. Júlio se projecta uma retoma sistemática dos aspectos avançados por Lívio e a sua infirmação — do que resulta

uma interligação muito forte e específica destes dois segmentos discursivos. Vejamos, então:

I. *Doutor Lívio* (D-8, p. 66):

1. *Conclusão/Tese (T)*

‘a fala é

(i) mais nobre

(ii) mais antiga

(iii) e mais excelente que a escrita’⁵²;

2. *Argumentos (ARG)* que suportam T:

a. ‘o falar é «operação natural dos homens’

(suporte específico de T-(ii))

e ‘traço diferenciador da *humanitas* face à *feritas*’

(primeiro suporte específico de T-(i))⁵³;

b. ‘a escrita é escrava e servente da fala’

(segundo suporte específico de T-(i) — reforçado em

«nunca a escrava é tão nobre como a senhora a quem serve enquanto escrava»);

c. ‘a escrita é processo substitutivo da fala’

(suporte específico de T-(iii) — explicitado plenamente

e reforçado em «nunca o que substitui em lugar doutrem se lhe pode preferir no mesmo lugar»).

II. *D. Júlio* (DJ-6, p. 67):

A. 1. *Admite/concede* (movimento de concessão):

‘a fala é «mais antiga e primeira que a escritura»’

(Cf. I.T-(ii));

⁵² Cf.: «Nenhuma dúvida há [...] que a prática seja mais nobre, mais antiga e mais excelente [...]» (p. 66). Esta tese é retomada, de forma abreviada, no termo da intervenção: «nunca a escritura pode igualar a nobreza e perfeição da prática» (p. 67).

⁵³ Cf.: «porque, além de o falar ser operação natural dos homens, e acto em que eles fazem vantagem e diferença a todos os animais [...]» (p. 66).

2. *Recusa/refuta* (especificamente por *infirmção da pertinência do nexo argumentativo* utilizado por Lívio):

‘isso não faz admitir que a fala seja mais perfeita que a escrita’ (refutação de I. T-(iii));

3. *Corrige/rectifica* I. T-(iii):

‘antes ela (a escrita) «foi a perfeição da prática», que impõe/faz prevalecer como nova *Tese* (T’), contrária a I.T (iii):

‘a escrita é mais excelente que a fala’⁵⁴;

B. 1. *Admite/concede* (novo movimento de concessão):

‘o falar é próprio do homem’⁵⁵
(Cf. I. ARG-a);

2. *Contra-argumenta*:

‘isso não constitui mérito algum em favor da fala, pois que esta foi adquirida por uso’;

3. *Reforça a contra-argumentação*

a — *contrapondo* ‘o mérito que à escrita advém por ter sido alcançada pelo engenho’⁵⁶;

b — *expandindo* os momentos anteriores:

(i) «E quase ousaria a dizer que é operação sua [do homem] o falar dada em função de haver de escrever’

— o que, por sua vez, se apoia em:

(ii) «esse é o meio de se perpetuar, sustentando no entendimento dos presentes e na lembrança dos futuros a memória das cousas passadas».

⁵⁴ Estes três momentos da argumentação de D. Júlio estão contidos no enunciado «O contrário me parece a mi, [...] porque nem por a prática ser mais antiga e primeira que a escritura, é mais perfeita, antes ela foi a perfeição da prática.» (p. 67).

⁵⁵ Cf.: «posto que seja própria operação do homem o falar [...]» (p. 67).

⁵⁶ Cf.: «E posto que seja própria operação do homem o falar, não é nele menos nobre o acidente de escrever, antes me parece mais digno o que ele alcançou por arte que o que adquiriu por uso.» (p. 67).

Resulta, assim, que, em II. B., D. Júlio

4. *Refuta*, através da infirmação dos argumentos usados por Lívio: I.2.-a, b), a superioridade da fala sobre a escrita em ‘nobreza’ (T-(i)) e em ‘excelência’ (T-(iii)) — e
5. *Corrige/rectifica*, impondo/fazendo vingar a Tese contrária (T’):
‘a escrita é mais nobre e mais excelente que a fala’⁵⁷;

C. 1. *Admite/concede* (terceiro movimento de concessão):

‘a escritura é processo substitutivo da fala’
(Cf. I. ARG — c);

2. *Contra-argumenta*⁵⁸ (infirmado I. ARG-c e a Tese que serve (I. T (iii)):

‘mesmo sendo processo substitutivo da fala, a escrita tem vantagem sobre esta’⁵⁹

— contra-argumentação que apoia em:

‘a escrita permite (o que não está ao alcance da fala) exprimir algo juntamente em diferentes lugares e a pessoas diversas em um mesmo tempo’⁶⁰;

⁵⁷ Observo que na formulação de D. Júlio se verifica um crescendo no desenho da orientação discursiva para esta nova tese, que se impõe decisivamente também por força da comparação/analogia utilizada (que sublinho): «Assim que nem por a primeira razão merece a prática melhor lugar, nem a escritura, por servente e ministra sua, é menos nobre. *Porque o sol serve de mostrar as cousas criadas, que lhe são muito inferiores e de dar luz e nutri-mento a outras de menor qualidade, e nem por isso elas se lhe podem antepor.*» (p. 67).

⁵⁸ Anoto que aos vários movimentos de concessão e de contra-argumentação agora referenciados é facilmente aplicável a caracterização proposta, acima, em 2.2.7.5..

⁵⁹ Note-se na expressão deste duplo movimento (de *admissão/concessão* e de *contra-argumentação*) a *focalização/marcação de universo de discurso* e a *organização discursiva* (com ligação também à intervenção anterior), realizadas no segmento que sublinho: «E quanto a substituir a escritura em lugar da voz, ela o faz por tão excelente maneira que lhe tem muita vantagem [...]» (p. 67).

⁶⁰ Cf.: «E quanto a substituir a escritura em lugar da voz, ela o faz por tão excelente maneira que lhe tem muita vantagem, pois o que a voz não pode exprimir juntamente em diferentes lugares e a diversas pessoas em um mesmo tempo, o faz a escritura com grande perfeição, podendo muitas pessoas, em diferentes lugares, ler em um mesmo tempo a própria cousa.» (p. 67).

— com o que

3. *Refuta* a aparente ‘desvantagem’ da escrita por ser processo substitutivo da fala (Cf. I. ARG — c), e, por consequência, I. T. (iii),

— ao mesmo tempo que

4. *Corrige/rectifica*, fazendo prevalecer a Tese (T’’) — contrária a I. T. (iii) —

‘a escrita é mais excelente que a fala’⁶¹.

2.5. É num tom conciliador que intervém de seguida Leonardo (L-5, p. 67). De novo se obtém um momento de *distensão*, dando azo a uma outra transição de tema — com o que se recorta uma nova (a quinta) *macro-unidade* do *Desenvolvimento* da conversação.

2.5.1. A transição de tema surge por *proposta/sugestão* de Leonardo enformada de traços de *cortesia/delicadeza, que incluem matizes de humildade/modéstia* — elementos, como sabemos, de clara natureza relacional: (quero) «por me fazeres mercê, que me ensineis [...]»).

A *planificação discursiva* assim conseguida — de resto, na sequência de dois segmentos que cumprem também uma função de *organização*: «deixando isto por averiguar», «quero que passemos adiante» — não é,

⁶¹ Anoto que nesta disputa sobre a «prática» e a «escritura» encontramos enunciados alguns dos grandes traços que a Linguística utiliza hoje na caracterização do *oral* e do *escrito*. Referencio de seguida tais traços, sendo que cada um deles é facilmente conectado com as formulações que encontramos naquela disputa: *oral* — prioridade óntico-funcional sobre a escrita; comunicação próxima, instantânea, *in praesentia*; efemeridade; *escrito* — comunicação disjunta e diferida, *in absentia*; fixação/durabilidade e, por isso, possibilidade de difusão e *iterabilidade*, ou seja, possibilidade de reactivação do processo de semiose fixado graficamente. Importa, no entanto, refutar a visão dada naquela disputa do escrito como código substitutivo do oral (sobre o qual levaria mesmo vantagem...) e contrapor-lhe a correcta caracterização do oral e do escrito como *modalidades diafásicas/diatípicas* (isto é, como *variedades contextuais-funcionais*) da língua, cada uma das quais revelando possuir princípios constitutivos próprios. Não deixo, entretanto, de observar que a orientação discursiva contida naquela visão de Rodrigues Lobo da escrita como processo substitutivo do oral se deve à posição aí defendida quanto ao valor da *imitação* da «prática» que a «escritura» (literária) deve procurar — o que tem a ver com os cânones literário-artísticos da época (Cf., de novo, as seguintes palavras enunciadas pelo Doutor Lívio: «eu tenho para mim que aquela é melhor escritura que, com mais perfeição e viveza, imita a prática e conversação dos homens» (p. 65); «a melhor escritura é a que retrata com mais semelhança a fala e conversação dentre os amigos.» (p. 65-66) Sobre este ponto, ver a «Introdução» da obra de J. Adriano de Carvalho citada na Nota 1.

porém, realizada sem que Leonardo projecte no seu discurso uma avaliação positiva das intervenções anteriores de Lívio e D. Júlio — o que visivelmente constitui mais um aspecto de cortesia, envolvendo mais um momento de *ratificação de imagens recíprocas*: «Certo [...] que ambas as partes destes boas razões que fica duvidosa a melhoria» (p. 67); «pois com tanta galanteria e agudeza está tocado o que baste [...]». (p. 67).

2.5.2. A nova temática — a que convirá a designação de ‘questões de língua’ ou, numa formulação mais conhecida, de ‘defesa e ilustração da língua portuguesa’ — é explicitamente delimitada por Leonardo: «quero [...] que me ensineis se na prática, em voz, e na escritura considerada, tem bom lugar a nossa língua portuguesa», e ocasionará as intervenções de D. Júlio (DJ-7, p. 68), de Lívio (D-9, p. 68-69) e de Solino (S-6, p. 70).

Ao critério temático, que unifica todo este macro-segmento do discurso, junta-se ainda um outro a delimitar e a identificar esta mesma *macro-unidade*: é que nela a interacção se desenvolve em tonalidade de consenso, pela ausência de confronto ou contraposição de opiniões. E se ‘disputa’ nela há, é a de se apurar quem junta mais louvores à língua portuguesa — ou críticas/censuras aos que dela ‘murmuram’ (p. 70) e aos que (e serão, na formulação de Lívio, muitos ou mesmo todos...) «pelo pouco que lhe querem [...], a trazem mais remendada que capa de pedinte». (p. 69)

Desprende-se seguramente deste segmento — o que também conta como dimensão delimitadora e identificadora da macro-unidade — um acto de *apelo/incitamento* no sentido de todos (à imagem dos que o fazem já com o diálogo em curso) ‘ilustrarem’ a língua portuguesa — acto ilocutório com plena legitimidade, pois que está dado o exemplo, e, no campo dos Diálogos, está também em curso a compendiação, que se completará em momentos posteriores da obra, de uma «retórica nova» da língua portuguesa. (Ver p. 183).

Sublinho que esta «retórica nova» está já desenhada e eloquentemente ilustrada no **Diálogo I**⁶², com destaque para dimensões (de que venho dando, e continuarei a dar, conta nesta exposição) de inequívoca centralidade nas produções linguísticas, como são as que tangem à *corte-*

⁶² Na verdade, às considerações, às observações e às dimensões de preceituação que, no âmbito desta temática, se contêm em momentos subsequentes da obra estão subjacentes as grandes linhas que ficam imediatamente de seguida anotadas — e ainda as que decorrem do que referenciarei no número seguinte.

sia/delicadeza na interacção verbal, ao poder persuasivo-argumentativo da palavra — mais exactamente, ao poder persuasivo-argumentativo de todos os géneros discursivos (aí incluídos imediatamente os de índole convivial...) e não mais estritamente ao do discurso oratório, este já consistentemente estabelecido — e a *princípios que regem a composição interna, a adequação contextual, a boa execução e mesmo o sucesso dos discursos* (ou de alguns tipos de discurso). E, dominando este conjunto de dimensões respeitantes à organização e ao funcionamento dos discursos — que abarca ainda a consideração de aspectos relevantes na obtenção/realização de *estesia* —, está, sem dúvida, configurada a ideia básica de que *a língua se revela como repertório do comportamento social, ou melhor, como forma da vida social*, ficando, então, claramente afirmada a percepção de que a palavra constitui *a pedra angular das práticas sociais* — e, logo, do processo de socialização do homem (referida, como é natural, imediatamente ao homem cortesão/do Barroco).

2.5.3. A introdução e o tratamento desta temática neste momento do discurso testemunham mais uma vez uma boa gestão da arquitectura do **Diálogo I** por parte de R. Lobo. Ela é colocada quase no termo desse capítulo e na sequência de uma matizada discussão em cuja matéria a língua está profundamente envolvida — como envolvida está na construção global da obra, já declarada (num primeiro momento⁶³, e como apontei devidamente) ao mesmo tempo como projectada/anunciada e em concretização.

Darei conta de um tal envolvimento profundo e alargado da língua invocando o facto de ela constituir *o sistema modelizante primário do mundo*, sobre o qual se organizam e afirmam os outros sistemas modalizantes (secundários, portanto), nos quais aquele é omnipresente. É claro que isto não retira nenhuma pertinência às motivações, bem conhecidas, para o enfoque das mesmas ‘questões da língua portuguesa’, dado em particular o quadro epocal. Aquela minha consideração é, visivelmente, de uma outra ordem.

2.6. Com a sétima fala de Solino (S-7, p. 70) no **Diálogo I** inicia-se uma última (a sexta) *macro-unidade* do *Desenvolvimento* da conversação, que logo remata com a intervenção seguinte, de D. Júlio (DJ-8, p. 70).

⁶³ Ver 2.3.3. e também, mais abaixo, 2.6.4.2. e 2.6.5.2..

A presente intervenção de Solino alcança, como tentarei mostrar, um lugar destacado na economia tanto do **Diálogo I** como de toda a obra. Distinguem-se nela com clareza uma primeira parte, vazada numa extensa asserção, e uma segunda, moldada em pergunta retórica.

2.6.1. A primeira parte apresenta um marcado carácter *metadiscursivo*, nela desenhando Solino um *balanço* dos temas mais salientes que foram objecto de reflexão/disputa.

2.6.1.1. Este balanço fica formulado num *macro-acto de discurso* específico — o de uma *recapitulação*, que opera uma *hétero-reformulação*⁶⁴. Tal macro-acto, que se reveste de uma particular força de *composição discursiva*, tem uma *realização sequencial*, surgindo esse complexo manifestado nas seguintes duas etapas:

- uma etapa introdutória, de carácter *organizativo*, que articula a intervenção ao longo e matizado discurso anterior (todo o *desenvolvimento* da conversação já projectado) e ao mesmo tempo, por um lado, assinala a feição de *resumo/condensação* do que segue e, por outro, prepara a especificação do balanço a fazer: «E, tornando ao que aqui se tratou para recordar o que começamos [...]»;
- uma etapa nuclear, em que se referenciam os pontos considerados como adquiridos ao longo da reflexão/disputa havida antes: «[...] averiguou o Doutor que a melhor maneira de escrever eram os diálogos (ficando meu direito reservado nos livros de cavalarias), tocaram-se louvores da prática e escrituras com muito engenho, declarou-se como a língua portuguesa não desmerece lugar entre as melhores para nela se escreverem matérias levantadas, aprazíveis, proveitosas e necessárias».

Esta referenciação é apresentada de modo categórico, em particular no que respeita ao tópico (de particular relevância no conjunto da obra e na época) da ‘excelência do diálogo como forma literária’ e ao tema (de idêntica relevância) do ‘louvor à língua portuguesa’. Quanto ao primeiro,

⁶⁴ Para a consideração deste acto metadiscursivo de organização do discurso — e de todas as outras dimensões de natureza metadiscursiva e metacomunicativa que têm vindo a ser referenciadas — remeto de novo para os meus trabalhos citados, acima, na Nota 3.

o verbo *averiguar*, que o introduz, revela-se um *assertivo forte*, cabendo na sua configuração semântica a indicação do ‘*culminar de um percurso analítico e reflexivo*’, que o contexto discursivo confirma; quanto ao segundo, é também introduzido por um *assertivo forte (declarar)* — e, dado o estatuto dos intervenientes na reflexão/disputa, há que tomá-lo mais exactamente como um *assertivo declarativo*, que tem um particular *efeito de real*, ou seja, institui como real, efectivo, o estado de coisas que fica recortado no seu complemento — «como a língua portuguesa não desmerece lugar entre as melhores [...]».

Convém acrescentar a observação de que nesta referência se inscrevem, como se terá notado, elementos de natureza *relacional/ritual*, nomeadamente a *ratificação de imagens positivas* e a *expressão de apreço* pelos contributos trazidos ao longo da discussão havida.

2.6.1.2. Há ainda neste mesmo segmento do discurso um outro aspecto que importa registar: a projecção numa etapa avançada do desenrolar de uma conversação de um acto de *balanço/recapitulação* dos seus momentos e temas centrais fornece uma indicação relevante sobre a própria organização interna dessa conversação, a saber, que ela se encaminha para o seu termo.

Esta indicação é activada por específica *implicatividade sequencial* ligada à estruturação interna da conversação: indiciando estarem esgotados os tópicos que vêm sendo abordados, aquele acto de *balanço/recapitulação* anuncia a proximidade do momento estrutural subsequente ao *Desenvolvimento* — justamente o *Fecho* da conversação⁶⁵.

Observo que uma tal indicação pode, no entanto, ser momentaneamente suspensa — ou pode ser retardada a sua consumação —, se a apresentação/recapitulação das aquisições projectadas na conversação der lugar ao aprofundamento ou a uma particular *expansão* de uma ou, globalmente, de todas elas.

Como veremos, é isso mesmo o que acontece no segmento discursivo em análise, sendo que aquela suspensão/aquele retardamento da transição para o termo da conversação obtém um particular efeito focalizador de um complexo de dimensões de grande significado que estão ainda presentes no mesmo segmento discursivo. Nos números imediatamente seguintes, procurarei captar esse conjunto de dimensões.

⁶⁵ Como já ficou oportunamente anunciado, analisarei em 3. este momento estrutural da conversação.

2.6.2. O *complexo ilocutório, de realização sequencial, de balanço/recapitulação* que antes apresentei tem por natureza uma orientação retrospectiva, pois se aplica, como ficou devidamente anotado, a um, de resto largo, segmento de discurso já produzido, que condensa.

No entanto, este complexo adquire aqui também uma orientação prospectiva, justamente porque funciona como segmento preparador, logo, como *acto de discurso subordinado — de teor justificativo —* de um segundo segmento da mesma intervenção em que se actualiza como *acto principal, director, uma proposta*. Nesta proposta, que é veiculada através de uma interrogativa retórica, consuma-se — por força do traço '*orientação para o futuro*' que marca aquele subtipo de acto directivo não impositivo — a direcção prospectiva acima apontada.

A *derivação* deste acto ilocutório de *proposta* pode ser esquematizada como segue:

- (i) — a interrogativa retórica equivale, como se sabe, a uma asserção forte, com inversão da polaridade; dado que se trata de uma interrogativa positiva parcial em que surge uma variável indagada através de *que?*, a negatividade da asserção derivada será marcada por *nada*; teremos, pois:

— «Que falta entre vós para que [...] se faça um ou muitos diálogos...?»

=

— 'Não falta nada.'

— o que é equivalente à asserção, de igual força afirmativa,

— 'Tendes/temos tudo.'⁶⁶

- (ii) — a asserção da disponibilidade de todos os elementos necessários para se fazer/a asserção da ausência de razões para não se fazer «um ou muitos diálogos» constitui imediatamente uma primeira e estimulante razão para se fazer

— sendo que isso mesmo induz a que se faça, por para tal estarem reunidas todas as condições; obtém-se desse modo imediatamente o valor de *proposta*.

⁶⁶ A formulação «Que falta entre vós...?» mostra uma dimensão cortês de modéstia, pois Solino auto-exclui-se; por isso, adopto aqui a representação "Tendes/temos".

2.6.3. Ao que acabei de considerar convém acrescentar o seguinte aspecto, não menos importante: o contexto que permite a interrogativa retórica, e lhe confere adequação e eficácia, potencializa o valor obtido de *proposta*, que resulta marcada por um nítido matiz de *incitamento*.

Tal contexto fornece exactamente os elementos/as razões que asseguram plena viabilidade à consumação do que se propõe — elementos/razões que ficam configurados no conteúdo proposicional do acto de teor justificativo que referenciei no número anterior, e que são retomados na interrogativa retórica analisada antes: «Que falta *entre vós para que destas noites bem gastadas, destas dúvidas bem movidas e destas razões melhor praticadas*, se faça um ou muitos diálogos [...]?»⁶⁷.

Convirá sublinhar que entre os elementos/as razões invocados como apoio/justificação da proposta apresentada obtêm grande relevo os/as seguintes: a excelência do Diálogo como género literário/como (entre nós, relativamente) nova modalidade compositiva (de que se especifica a temática: «matérias levantadas, aprazíveis, proveitosas e necessárias.» (p. 70)⁶⁸, e a aptidão da língua portuguesa para o exercício de tal modalidade compositiva — no que se prolonga o louvor, já oportunamente comentado, à língua: «declarou-se como a língua portuguesa não desmerece lugar entre as melhores para nela se escreverem matérias levantadas, aprazíveis, proveitosas e necessárias.» (p. 70).

2.6.4. Mas os aspectos a salientar nesta intervenção de Solino não se esgotaram ainda.

2.6.4.1. Registo de imediato que a *proposta* de Solino se revela também constituir um *acto de planificação da interacção e do discurso*, cujos estatutos, respectivamente, *metacomunicativo e metadiscursivo* já conhecemos.

Registo também que a mesma *proposta/planificação* está permeada de elementos de natureza *relacional/ritual*, designadamente a *manifestação de apreço, a ratificação de imagens, a avaliação positiva do mérito e das virtualidades de cada um* para a empresa que se propõe (Cf. na formulação da proposta as expressões «estas noites bem gastadas», «estas dúvidas bem movidas» e «estas razões melhor praticadas»).

⁶⁷ Os sublinhados que surjam nas citações de Rodrigues Lobo são da minha iniciativa/responsabilidade.

⁶⁸ Estas considerações retomam basicamente as que, antes, Píndaro (P-3, p. 65) e sobretudo o Doutor Lívio (D-7, p. 65) haviam tecido sobre os grandes princípios da construção do Diálogo como género literário cortesão. Ver, aqui, 2.3.4. e 2.4..

2.6.4.2. Para além dos aspectos focados, importa assinalar — e este é um ponto decisivo — que aquela mesma *proposta/planificação* não vem senão ratificar o que está já em curso, com que converge — a obra em construção.

Estamos de novo (ver, acima, 2.3.3. e 2.3.4.) perante a ambivalência, operada pela *instauração de uma ambiguidade semântico-referencial* já antes recortada por Píndaro (P-3, p. 65) e por Lívio (D-7, p. 65). Joga-se, na verdade, também aqui num *duplo plano*, que é gerido com notável destreza: o nível da construção local de um encadeamento dialogal e o nível da construção global de uma obra ao mesmo tempo anunciada e já em desenvolvimento, de que aquele movimento local faz parte integrante.

Repare-se em que as palavras de Solino envolvem expressamente as personagens que Rodrigues Lobo põe a dialogar — e as considerações que teceram/tecem: é *este* diálogo que se vem travando, e os que se anunciam, que objectivam/objectivarão a obra em curso/planeada: «Que falta *entre vós* para que *destas noites bem gastadas, destas dívidas bem movidas e destas razões melhor praticadas*, se faça um ou mais diálogos [...]?».

O que acabei de escrever assinala justamente o relevo desta intervenção de Solino na economia já não apenas do momento particular em que se dá, mas ainda, como já acima referi, de toda a obra. Tal relevo deve ser avaliado na base da consideração de que a *proposta* feita *se identifica* com a própria obra cuja construção exactamente está já em curso.

Por outro lado, temos também aqui mais um elemento⁶⁹ de afirmação da pertinência do título — “**Argumento de toda a obra**” — dado ao **Diálogo I**.

2.6.5. A intervenção que se segue, de D. Júlio (DJ-8, p. 70), abre com um enunciado («Tem Solino muita a razão [...]») que carrega um *complexo ilocutório* (como veremos, de *aprovação/aceitação de uma proposta* e ao mesmo tempo de *asserção*), que interessa desdobrar adequadamente.

2.6.5.1. Aquele enunciado actualiza de imediato o valor ilocutório de *aprovação/aceitação* da *proposta* formulada antes por Solino — completando-se, assim, mais uma vez, o *par adjacente 'proposta-aceitação'*.

Direi, no entanto, que, mais exactamente, D. Júlio *retoma aquela proposta, fazendo-a sua, expandindo-a mesmo e secundando-a* especificamente, não apenas através da ênfase que o quantificador traz em «muita

⁶⁹ Ver também, acima, 2.3.5., e ainda, mais abaixo, 2.6.5.2..

razão», mas também através do segmento seguinte, em parte atrás transcrito: «E, pois, *se aproveitam tão bem as noites neste lugar*, razão é que por meio deles [um ou mais diálogos] se comuniquem a quem se aproveite da *doutrina e interesse delas*».

Esta assim *hiperbolizada aprovação/aceitação de uma proposta* revela-se, sem dúvida, constituir um momento saliente de cortesia ⁷⁰.

2.6.5.2. Quero, entretanto, fazer notar que o valor *directo* daquele mesmo enunciado de abertura («Tem Solino muita razão») é, sem dúvida, o de *asserção*, exercendo a *função ilocutória de acordo* — que se aplica imediatamente, repare-se, não sobre o valor derivado de proposta, antes sobre o valor de *asserção* forte (viabilizadora, como se viu, dessa mesma derivação) que (também) reconhecemos na pergunta retórica com que Solino remata a sua anterior intervenção. Esse valor de *asserção* ficou acima (em 2.6.2.) devidamente registado no enunciado ‘Não falta nada’/‘Tendes/temos tudo’ ⁷¹.

É ao conteúdo deste enunciado de teor assertivo que D. Júlio aplica o seu acordo, manifestando a sua *adesão* ao estado de coisas nele configurado — adesão, de resto, enfatizada (no que se actualiza uma dimensão de cortesia, como já aponte ⁷²) com o quantificador “*muita*” («muita razão»).

Devo sublinhar que tendo a ver aqui mais um índice de que, como acima ficou devidamente registado, a pergunta retórica «Que falta entre vós [...]?» (ou, como já foi visto, as *asserções* equivalentes ‘Não falta nada’/‘Tendes/temos tudo’ que lhe correspondem) remete(m) não exclusivamente para o futuro (tenha-se presente a orientação para o futuro da *proposta* que nelas se alberga/por elas se obtém), antes também para o presente: justamente a construção *já em curso* dos (ao mesmo tempo projectados) «um ou muitos diálogos».

Verifica-se, assim, que D. Júlio inscreve também as suas palavras no *duplo plano* já acima (em 2.3.3. e em 2.6.4.2.) devidamente caracterizado: o plano de uma obra projectada (a que corresponde o valor de *aprova-*

⁷⁰ Ver, acima, 2.2.2. e Nota 25.

⁷¹ Lembro, com J. Searle (SEARLE, J. — *Expression and Meaning*, «Indirect Speech Acts», Cambridge, 1979), que na realização indirecta de um dado valor ilocutório fica sempre disponível o valor *directo* carreado pelo correspondente segmento discursivo — o que justamente ocasiona a projecção de um *complexo ilocutório*.

⁷² Ver, mais uma vez, acima, 2.2.2. e Nota 25.

ção/aceitação/retoma da proposta, com a sua orientação para o futuro) e o plano de uma obra em desenvolvimento (a que corresponde o valor de asserção/acordo, com uma orientação para o presente). Esta interpretação é particularmente abonada por alguns segmentos da intervenção em análise, que de seguida surgem sublinhados: «e se assim forem os diálogos como se podem formar com a prática de alguns que estão presentes [...]»⁷³; «E, pois, se aproveitam tão bem as noites neste lugar [...]» (p. 70).

Do mesmo modo, há que ver também aqui um terceiro momento em que se constrói a pertinência do título que Rodrigues Lobo deu ao **Diálogo I** — “Argumento de toda a obra”⁷⁴.

2.6.5.3. Os aspectos registados nos últimos números obtêm no todo do discurso, como tive a oportunidade de vincar, uma particular saliência.

Importa acrescentar que esta saliência é ainda especificamente destacada pela circunstância de este segmento discursivo representar globalmente, como deixei apontado em 2.6.1.2., um retardamento da transição para o termo/fecho da conversação — transição essa que é, como então também anotei devidamente, indiciada no acto de *recapitulação/balanço* das aquisições centrais projectadas na conversação contido na intervenção de Solino.

O destaque assim obtido amplia-se, de resto, ainda, como veremos (em 3.1.), pelo modo algo abrupto e sumário como Rodrigues Lobo vai fazer encerrar a conversação.

3. O último momento estrutural da conversação — o *Fecho* — é muito breve, envolvendo apenas duas curtas intervenções, do Doutor Lívio (D-10, p. 70) e de D. Júlio (DJ-9, p. 71).

Convém registar que se trata do *Fecho* como *invariante da organização da conversação*, e não das considerações — quase sempre comportando “uma espécie de «sentença», que, além de transmitir como que a

⁷³ Atentar-se-á na dimensão de cortesia inscrita neste segmento (e também no que a seguir transcrevo); nele está ainda presente uma dimensão de *modéstia*, pois D. Júlio evita o *auto-elogio* (auto-exclui-se, referindo-se apenas ao valor positivo da opinião de «alguns que estão presentes», especificando mesmo que a sua opinião «fique de vencida, com a vantagem que aqui tem a prática das escrituras alheias»). Idêntica atitude de modéstia havia já sido tomada por Solino (ver Nota 66).

⁷⁴ Ver os dois outros momentos já referenciados em 2.3.5. e 2.6.4.2..

gravidade moral do capítulo que encerra, prepara, de certo modo, o diálogo seguinte”⁷⁵ — com que Rodrigues Lobo remata este como quase todos os restantes Diálogos de **Corte na Aldeia**.

3.1. Antes de analisar este segmento final da conversação, quero insistir num ponto já acima focado: tal segmento é extremamente breve e surge algo abruptamente no desenrolar do discurso, marcando uma rápida transição num momento do diálogo, como vimos, de particular saliência e relevância.

Vejo nisso mais um índice da boa gestão por parte de Rodrigues Lobo do conjunto da conversação que encena. Com efeito, aqueles aspectos indicam que o Autor quis deixar bem vincado o *duplo plano* em que situa as intervenções anteriores de Solino e D. Júlio, e, com isso, sublinhar adequadamente o alcance das palavras que põe na boca destas duas personagens — palavras que, para além de estarem já especificamente destacadas pelo procedimento caracterizado em 2.6.5.3., são ainda valorizadas ao serem estrategicamente colocadas no termo do núcleo da conversação. Em sintonia com — e mesmo ainda em reforço de — o destaque assim conseguido para este momento discursivo, Rodrigues Lobo apressa-se a encerrar sumariamente o colóquio.

3.2. Ao contrário do que sucede nas conversas correntes do dia a dia, o *Fecho* da conversação que nos ocupa não contém a formulação de ‘despedidas’ — que são relatadas pelo Autor («se despediram todos com muita cortesia», p. 71). Contém, no entanto, os outros elementos típicos do termo de uma conversação, que preenchem a intervenção de Lívio, marcando-a de uma patente tonalidade de cortesia/delicadeza — ingrediente também habitual daquele momento das conversas.

Nessa intervenção predominam, na verdade, dimensões de *conteúdo ritual/relacional*: a *justificação do termo do encontro* («Se eu não dormira tão poucas horas da passada [...]»); a *expressão do apreço* pela conversação havida (e, necessariamente, pelos que nela participaram, cujas *imagens positivas* ficam, assim, e mais uma vez, *ratificadas*) de mistura com a *expressão* (que funciona com a mesma orientação de cortesia) *do interesse por novos momentos de convívio* (Cf.: «ainda houvera de prosseguir adiante e responder a isso» — o que ao mesmo tempo permite a

⁷⁵ Ver CARVALHO, J. Adriano de — *ob. cit.*, p. 71, nota 21.

ligação à intervenção anterior e sugere a continuação próxima da conversa; Cf. ainda: «amanhã acudirei mais cedo») e ainda a *formulação*, igualmente cortês, *da separação* («com vossa licença, me vou recolher»).

A intervenção final deve-se a D. Júlio (DJ-9), que ratifica e/ou enuncia formalmente o termo da conversação («Acompanhemos ao Doutor»).

Joaquim Fonseca